



PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

PEA-SJD UGRHI 18



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO





PEA-SJD

PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

UGRHI 18



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO



AUTOR-ENTIDADE

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO CULTURAL JANELA ABERTA

Responsável Legal: Cristian dos Santos

Forma Jurídica: Organização da Sociedade Civil - CNPJ: 10.543.559/0001-11

Endereço: Rua Treze de Maio, 3392, Vila Faria, São Carlos-SP. CEP: 13569-040

Endereço para correspondência: Caixa Postal 373, CEP: 13560-970

Telefone: **(016) 3412-6461**

Site: <http://www.janelaaberta.art>

e-mail: instituto@janelaaberta.art.br

TITULAR DA OBRA

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

Av. Otávio Pinto César, 1400 | Cidade Nova

São José do Rio Preto - SP - CEP: 15085-360

www.comitesjd.sp.gov.br/site/

LOCAL DA PUBLICAÇÃO

São Carlos - Estado de São Paulo - Brasil

MÊS E ANO DE PUBLICAÇÃO

Abril de 2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Rezende, Gabriela Rahal
Aversa, Izabella de Camargo
Lima, Túlio Queijo
Beco, Lucas Augusto dos Reis
Negro, Giovana Spinelli
Santi, Aline Doria
Barbalho, Lucas Tobias
Sampaio, Jonatan Lourenço Tadeu

Plano de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados / Comitê de Bacia do Rio São José dos Dourados, em 2024, 204pg. il.:

Cartilha, Instituto Cultural Janela Aberta, São Carlos, 2024
ISBN nº 978-85-64728-09-7

Responsável técnico: Paulo José Penalva Mancini

1. Plano de Educação Ambiental 2. Comitê de Bacia Hidrográfica 3. Rio São José dos Dourados 4. Educação Ambiental 5. Cartilha

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução de dados e de informações contidos nesta publicação, desde que citada(s) a(s) fonte(s).

IDEALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO

EQUIPE DO CBH-SJD

Prof. Dr. Jefferson Nascimento de Oliveira (Presidente)
Sebastião de Oliveira Baptista (Vice-Presidente)
Luís Henrique Gomes (Secretário Executivo)
Eliana Cristina Mariano Nogarini (Secretária Executiva Adjunta)
Lucíola Guimarães Ribeiro
(Secretária Executiva e membro da Câmara Técnica de Educação Ambiental - CTEA)
Carolina Buso Dornfeld (Coordenadora da CTEA)
Alessandro Nunes Ferreira (Coordenadora da CTEA)

EQUIPE DE COORDENAÇÃO

Baobá Projetos Socioambientais

Gabriela Rahal de Rezende (Engenheira Ambiental)
Gabrielly Rauch (Bióloga)
Fabiola Maceres (Gestora e Analista Ambiental)
Lara Padilha (Licenciada em Letras)
Lucas Tobias Barbalho (Gestor e Analista Ambiental)

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Paulo José Penalva Mancini (Biólogo)

EMPRESA DE ENGENHARIA AMBIENTAL:

VITA Engenharia e Consultoria Ambiental

Izabella de Camargo Aversa (MSc. Engenheira Ambiental)
Túlio Queijo de Lima (PHD. Engenheiro Ambiental)
Aline Doria de Santi (MSc Gestora e Analista Ambiental)
Giovana Spinelli Negro (Engenheira Ambiental)
Lucas Augusto dos Reis Beco (Especialista em Educação Ambiental)
Beatriz Gardiman Arruda (Estagiária em Engenharia Ambiental)
Noemia Aparecida Bueno Garcia (Estagiária em Engenharia Ambiental)
Ludmilla Michelle da Silva (Estagiária em Gestão e Análise Ambiental)

EQUIPE DE PRODUÇÃO E LOGÍSTICA

Jonatan Sampaio
(Psicólogo e Artista Visual)

EQUIPE DE DIAGRAMAÇÃO

Giulia Araújo Silva
(Identidade Visual)
Guma Bastos
(Diagramação)

PRODUÇÃO EDITORIAL

Lara Padilha
(Revisão Textual)

AGRADECIMENTOS

A articulação de instituições e a participação da sociedade civil são elementos centrais para as políticas de educação ambiental e também para a gestão de recursos hídricos. Diversas pessoas e instituições contribuíram e colaboraram para o Plano de Educação Ambiental de São José dos Dourados (PEA-SJD) desde sua idealização até sua finalização. Por isso, agradecemos:

- Ao Comitê de Bacia do Rio São José dos Dourados (CBH-SJD), em especial à sua Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), pela idealização, articulação e acompanhamento;
- Ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) pelo financiamento;
- À Associação Instituto Cultural Janela Aberta pela proposta do PEA e articulação da equipe técnica;
- Às Prefeituras Municipais dos 26 municípios integrantes do CBH-SJD: Aparecida D'Oeste, Auriflâma, Dirce Reis, Floreal, General Salgado, Guzolândia, Ilha Solteira, Jales, Marinópolis, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nhandeara, Nova Canaã Paulista, Palmeira D'Oeste, Pontalinda, Rubineia, Santa Fé do Sul, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, São João das Duas Pontes, São João de Iracema, Sebastianópolis do Sul, Suzanápolis, Três Fronteiras, Urânia;

- Às instituições que sediaram os 5 Fóruns Participativos: Unesp Ilha Solteira; Câmara Municipal de Urânia; Clube da Terceira Idade de Palmeira D'Oeste; Associação dos Engenheiros da Região de Jales; Lions Clube de Nhandeara;

- Às 86 pessoas presentes nos 5 Fóruns Participativos.

- Aos 53 atores de educação ambiental e instituições que responderam os questionários sobre as iniciativas de educação ambiental na UGRHI 18.

- Aos especialistas Frederico Yuri Hanai (Grupo de Pesquisa Sustenta – DCAm/UFSCar) e Vinicius Perez Dictoro (Pós-Doc IEA da USP), por sua consultoria técnica voluntária durante a elaboração do PEA-SJD.

O PEA-SJD nasce a partir da participação e do trabalho de muitas pessoas. Para que se cumpra nosso desejo de fazer a educação ambiental florescer na região, esperamos que ele chegue, sensibilize e mobilize muitas outras pessoas.

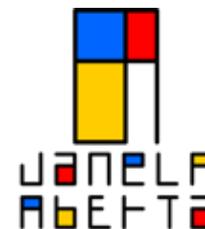
“
EDUCAÇÃO NÃO
TRANSFORMA
O MUNDO.
EDUCAÇÃO
MUDA AS
PESSOAS.
PESSOAS
TRANSFORMAM
O MUNDO.”

(PAULO FREIRE)

INFORMAÇÕES DO TOMADOR

O Instituto Cultural JANELA ABERTA, fundado em 26 de novembro de 2008, é uma associação privada sem fins lucrativos, constituída e administrada por artistas, voluntários, ambientalistas e outras pessoas da sociedade civil. Tem sua sede localizada em São Carlos, no interior de São Paulo. Sua finalidade é o incentivo e a realização de ações que contribuam com o desenvolvimento da arte, da cultura, da educação, do meio ambiente, dos direitos humanos, da saúde, do esporte, do lazer e do trabalho, nas mais diversas expressões, contribuindo para democratizar o acesso à produção, formação e pesquisa, buscando incentivar a produção artístico-cultural, educação ambiental e arte-educação por meio de desenvolvimento de projetos, assessorias técnicas, infraestrutura, produção editorial, interlocução e articulação entre artistas, públicos, entidades públicas, privadas e não governamentais.

O objetivo é oferecer suporte, por meio de orientação técnico-teórica, representação jurídica e infraestrutura para artistas, coletivos e entidades do terceiro setor do interior do estado de São Paulo, referenciando-se sempre nos princípios da Economia Solidária e do Desenvolvimento Sustentável.



SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Papel do CBH-SJD no processo decisório da UGRHI 18	12
2.1. O processo de planejamento e gestão na UGRHI 18	13
2.2. Histórico do PEA-SJD	14
3. Metodologia do PEA-SJD	14
4 Área de abrangência e escopo do PEA-SJD	16
5 . Linhas temáticas de atuação do PEA-SJD	20
6 . Linhas temáticas prioritárias do PEA-SJD	22
7. Princípios do PEA-SJD	25
8. Objetivos do PEA-SJD	27
9. Diretrizes Metodológicas de Educação Ambiental	28
10. Programas do PEA-SJD	33
10.1 Programa 1 - Formação, capacitação técnica e treinamentos voltados às temáticas ambientais	35
10.2 Programa 2 - Comunicação, sensibilização e divulgação sobre temáticas ambientais	38
10.3 Programa 3 - Fortalecimento de espaços para práticas de educação ambiental na UGRHI	39
11. Plano de ação do PEA-SJD	40
12. Projetos relevantes para a UGRHI 18	42
13. Roteiro para elaboração de projetos FEHIDRO de Educação Ambiental para a UGRHI 18	50
14. Atores de Educação Ambiental	66
15. Referências	67

APÊNDICE:

A - Lista de Atores de EA da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados.	69
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APP** - Área de Preservação Permanente
CAR - Cadastro Ambiental Rural
CBH-SJD - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados
COFEHIDRO - Conselho de Orientação do FEHIDRO
CT - Câmara Técnica
CT-EA - Câmara Técnica de Educação Ambiental
DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica
EA - Educação Ambiental
FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos
GT - Grupo de Trabalho
LT - Linha Temática
MPO - Manual de Procedimentos Operacionais
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG - Organização Não Governamental
OSC - Organização da Sociedade Civil
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PA/PI - Plano de Ação e Programa de Investimentos
PDC - Programa de Duração Continuada
PEA-SJD - Plano de Educação Ambiental da Bacia do Rio São José dos Dourados
PERH - Plano Estadual de Recursos Hídricos
PMVA - Programa Município VerdeAzul
PRH - Plano de Recursos Hídricos
ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental
PSA - Pagamento por Serviços Ambientais
SAF - Sistemas Agroflorestais
Sigam - Sistema Integrado de Gestão Ambiental
SinFEHIDRO - Sistema de Informações Gerenciais do FEHIDRO
subPDC - Categoria dentro de um Programa de Duração Continuada
UC - Unidade de Conservação
UGRHI - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos

1 -INTRODUÇÃO

Os atuais e complexos desafios relacionados às **questões socioambientais** indicam a premente necessidade de que os mais diversos atores se articulem para propor e executar ações voltadas à proteção e à conservação dos recursos naturais. O contínuo trabalho de gestão ambiental em nossos territórios é fundamental para a melhoria da qualidade de vida e nas cidades e no campo.

Aliada à gestão ambiental, destaca-se a **dimensão educativa**. Nesse contexto, a **Educação Ambiental (EA)** pode ser entendida como o conjunto de “processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”, conforme expresso na Política Nacional de Educação Ambiental (Art. 1º da Lei nº 9.795, de 1999).

Segundo a Política Nacional de Recursos Hídricos, (Lei nº 9.433/1997), a participação do poder público, dos usuários e das comunidades, é fundamental para proporcionar o uso múltiplo das águas. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados (CBH-SJD), por intermédio de sua Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), direcionou recursos financeiros para a elaboração do Plano de Educação Ambiental da Bacia do Rio São José dos Dourados (PEA-SJD), com o objetivo de fomentar, estimular e orientar os projetos de Educação Ambiental submetidos para a CT-EA.

2 - O PAPEL DO CBH-SJD NO PROCESSO DECISÓRIO DA UGRHI 18

Projetos relevantes para a UGRHI 18

Alinhados às premissas das Políticas Nacional (Lei nº 9.433/1997) e Estadual Paulista (Lei nº 7.663/1991) de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacias são fóruns de discussão, formados por membros da sociedade civil, usuários da água e representantes do poder público, responsáveis, entre outras incumbências, por debater, arbitrar, aprovar e acompanhar todo o planejamento e a execução das ações previstas nos Planos de Recursos Hídricos (PRH) de cada Bacia (BRASIL, 1997), com vistas à **sustentabilidade hídrica** de cada região.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados foi criado em 07/08/1997, por meio da assembleia de instalação e cerimônia de posse de seus integrantes, nos termos da Lei nº 7.663, de 30

de dezembro de 1991, sendo responsável por atuar no planejamento e gestão das questões atreladas à UGRHI 18. Sua estrutura organizacional é composta pela Diretoria Executiva; Secretaria Executiva; com sede no município de Jales (SP); Plenário do CBH; Grupos de Trabalho (GTs) e Câmaras Técnicas (CTs). As câmaras técnicas são criadas pelo Plenário e têm atribuição de desenvolver e aprofundar as discussões sobre temáticas específicas para subsidiar a tomada de decisões do comitê, como por exemplo a temática de Educação Ambiental.

Salienta-se que nem todos os municípios com território na UGRHI 18 são membros do CBH-SJD, sendo que, dos 41 municípios com território na Bacia SJD (parcial ou total), apenas 26 são membros do CBH-SJD e participam das decisões do colegiado.

2.1 - O PROCESSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO NA UGRHI 18

Os Planos de Recursos Hídricos (PRH) podem ser entendidos como o instrumento central e norteador da gestão dos recursos hídricos em nível de bacias hidrográficas. São instrumentos de longo prazo que apresentam um **planejamento estratégico de ações** a serem implementadas para conservação, recuperação e manutenção dos corpos d'água, de modo que atendam as **atuais e futuras demandas** dos diversos setores usuários, sem comprometimento da qualidade e da disponibilidade hídrica.

Complementarmente aos PRHs, o desenvolvimento de Planos focados em temáticas específicas é fundamental para direcionar os investimentos em pautas consideradas relevantes para a realidade de cada Bacia, por exemplo o Plano de Educação Ambiental, o Plano de Recomposição Florestal, o Plano de Macrodrenagem, entre outros.

No contexto da UGRHI 18, o PRH da Bacia SJD (2015) indicou prioridades 1 e 2 (alta e média, respectivamente) para ações associadas à capacitação técnica, educação ambiental e comunicação. Nesse contexto, a necessidade da criação de um Plano de Educação Ambiental para a UGRHI 18 vem sendo debatida pela CT-EA desde 2017, tendo como principal demanda fomentar, estimular e orientar os projetos de Educação Ambiental submetidos para a CT-EA.

Para a efetiva execução das ações planejadas nos Planos de Recursos Hídricos, os CBHs elaboram quadrienalmente, com revisões anuais, o Plano de Aplicação e Programa de Investimentos (PA/PI). Tal instrumento direciona os recursos financeiros do **Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)** em ações planejadas no PRH, considerando as prioridades.

2.2 - HISTÓRICO DO PEA-SJD

O PA/PI do CBH-SJD para o quadriênio 2020 a 2023 direcionou R\$ 150.000,00 para a elaboração do “Plano de Educação Ambiental da Bacia do Rio São José dos Dourados”, do qual o presente relatório é parte integrante.

Historicamente, desde o ano de 1998, foram financiados apenas três empreendimentos

relacionados à temática de Educação Ambiental na UGRHI 18 - somando R\$ 187.136,40 - listados na Tabela 1. No entanto, há outras iniciativas existentes na bacia que não foram custeadas com recursos do FEHIDRO, as quais são apresentadas no capítulo 5.2.2 do presente documento.

3 - METODOLOGIA DO PEA-SJD

O PEA-SJD foi elaborado seguindo a metodologia proposta por Santos (2004). Conforme ilustra-se na Figura 1, a primeira etapa foi constituída pela elaboração de **Diagnóstico** para conhecimento do cenário atual da UGRHI 18 sobre os projetos de educação ambiental existentes e sobre o contexto ambiental da região. A partir de componentes ambientais selecionados, foram criadas **linhas temáticas**, com a priorização destas a partir de contextos municipais.

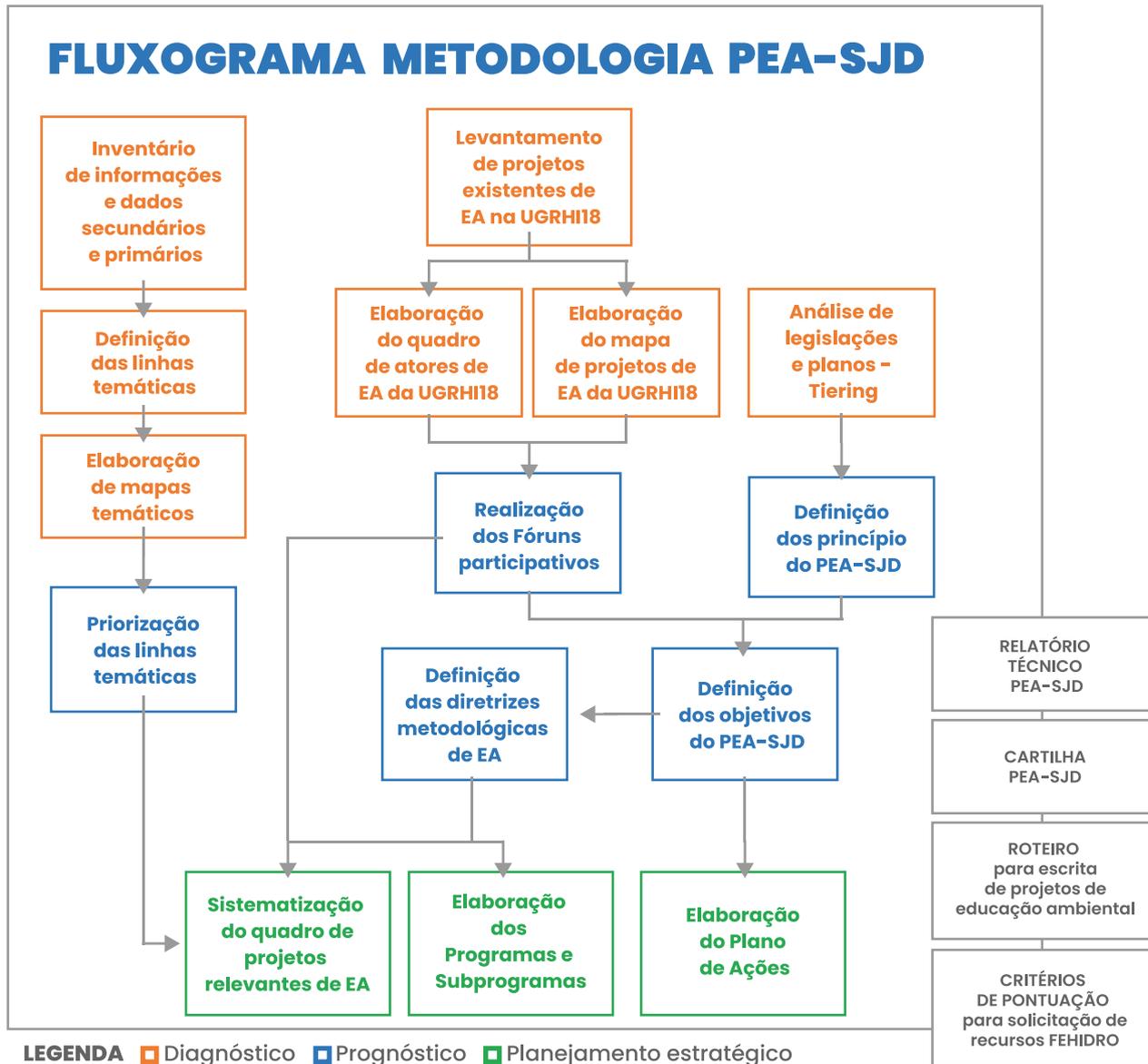
Em seguida, na etapa de **Prognóstico**, foram realizados Fóruns Participativos nos municípios que compõem a bacia hidrográfica para validação das informações levantadas no diagnóstico e compreensão das visões e desejos dos atores de educação ambiental. Pela sistematização das informações obtidas pelas linhas temáticas e nos fóruns, foi estruturado o **Quadro de Projetos Relevantes** de Educação

Ambiental para a UGRHI 18.

O PEA-SJD foi formulado com base no tiering, ou encadeamento, com princípios de instrumentos de planejamentos de escalas superiores (estadual e federal) e pelas percepções advindas dos Fóruns Participativos. Também a partir desse exercício, foram propostos os **Objetivos** do PEA-SJD e as **Diretrizes Metodológicas** para Educação Ambiental na bacia hidrográfica.

Na etapa de Planejamento Estratégico, criaram-se programas e subprogramas para orientar os projetos de Educação Ambiental para a UGRHI 18 e traçou-se um Plano de Ação para atingir os objetivos do PEA. Ao final, foram produzidos quatro produtos de PEA-SJD: Relatório Técnico, Cartilha, Roteiro para elaboração de projetos de educação ambiental e Critérios de pontuação para solicitação de recursos FEHIDRO para projetos de educação ambiental da UGRHI 18.

Figura 1: Fluxograma das etapas metodológicas do PEA-SJD



Fonte: elaborado pelos autores

4 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA E ESCOPO DO PEA- SJD

A UGRHI 18 engloba total ou parcialmente o território de 41 municípios, dos quais 25 têm sua sede municipal dentro da bacia hidrográfica em estudo, e os demais contam com suas sedes em unidades hidrográficas vizinhas, sendo a UGRHI 15 (Turvo/Grande) a Norte e Nordeste; a UGRHI 16 (Tietê/Batalha) a Sudeste; e a UGRHI 19 (Baixo Tietê) a Sul.

O CBH-SJD é composto pelos 25 municípios com sede na UGRHI 18 e mais o município de Urânia, com sede na UGRHI 15 e que também é integrante do CBH-SJD.

Em termos populacionais, os 41 municípios com território na UGRHI 18 (parcial ou total) somam 568.346 habitantes, sendo que 93% da população reside em área urbana, e 7%, em

área rural. Salienta-se que 68% dos municípios apresentam porte populacional de até 10 mil habitantes, sendo Votuporanga o maior município no quesito população, com 92.193 habitantes. Os 26 municípios integrantes do CBH-SJD contam com 237.681 habitantes do total. Na Tabela 2 verifica-se a população estimada no ano 2021 pelo Seade para cada um dos municípios e a estratificação para a população urbana e rural.

Assim, o Plano de Educação Ambiental da Bacia SJD (PEA-SJD) tem como escopo de análise os **26 municípios integrantes do CBH-SJD**, considerando os 25 municípios com sede na UGRHI 18 e o município de Urânia

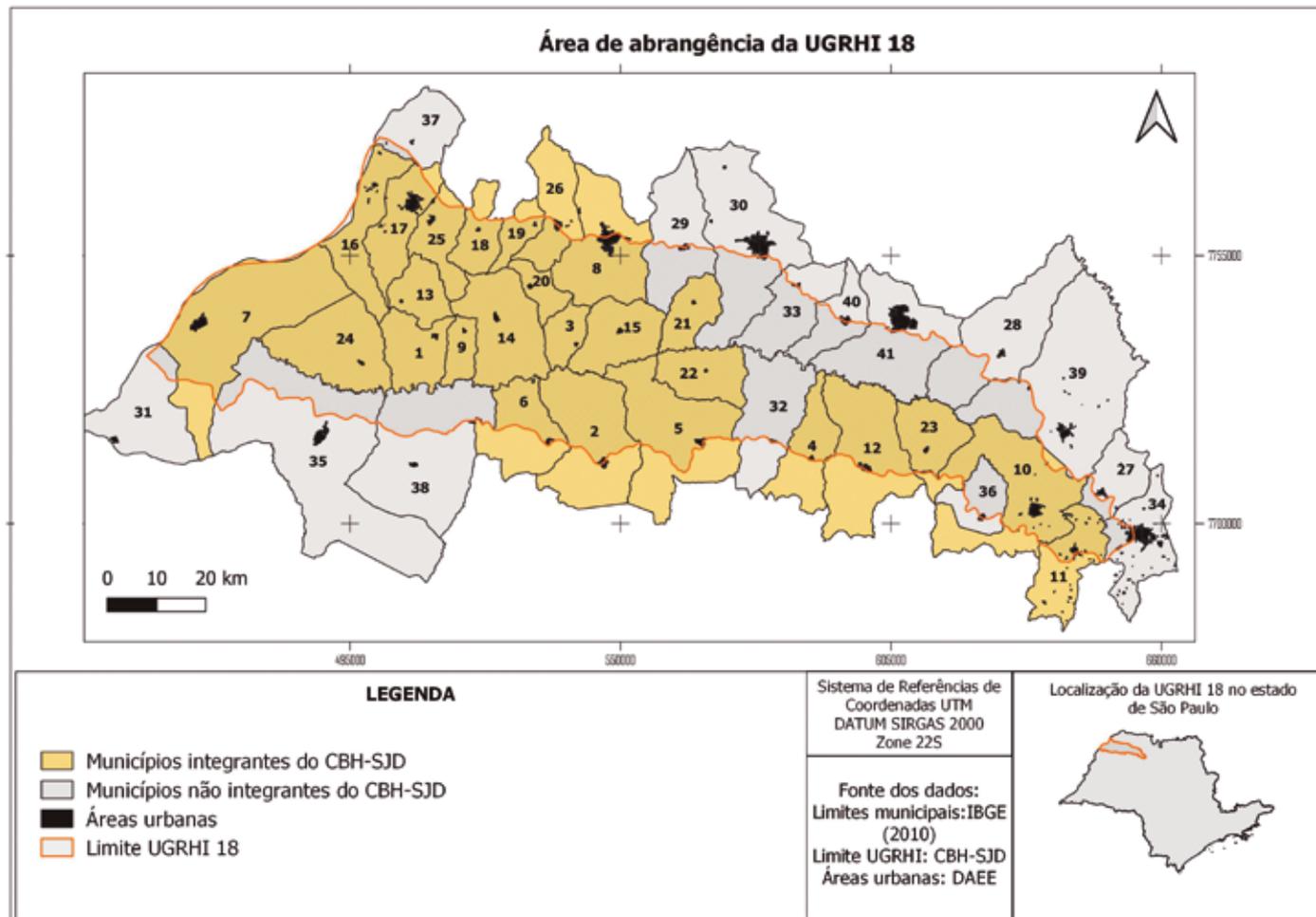
Tabela 1: Informações dos municípios da área de abrangência da UGRHI 18

ID NO MAPA	MUNICÍPIO	TERRITÓRIO NA UGRHI 18	MEMBRO DO CBH-SJD	POPULAÇÃO		
				TOTAL	URBANA	RURAL
1	Aparecida D'Oeste	Total	Sim	4.105	3.581	524
2	Auriflama	Parcial	Sim	14.478	13.550	928
3	Dirce Reis	Total	Sim	1.715	1.425	290
4	Floreal	Parcial	Sim	2.842	2.417	425
5	General Salgado	Parcial	Sim	10.632	9.441	1.191
6	Guzolândia	Parcial	Sim	5.134	4.592	542
7	Ilha Solteira	Parcial	Sim	25.754	24.168	1.586
8	Jales	Parcial	Sim	47.242	44.455	2.787
9	Marinópolis	Total	Sim	2.096	1.733	363
10	Monte Aprazível	Parcial	Sim	23.561	21.900	1.661
11	Neves Paulista	Parcial	Sim	8.592	7.917	675
12	Nhandeara	Parcial	Sim	10.760	9.067	1.693
13	Nova Canaã Paulista	Total	Sim	1.921	988	933
14	Palmeira D'Oeste	Total	Sim	9.092	7.439	1.653
15	Pontalinda	Total	Sim	4.515	3.970	545
16	Rubineia	Total	Sim	2.996	2.639	357
17	Santa Fé do Sul	Parcial	Sim	30.897	29.680	1.217
18	Santa Saete	Parcial	Sim	1.438	1.047	391
19	Santana da Ponte Pensa	Parcial	Sim	1.497	1.117	380
20	São Francisco	Total	Sim	2.667	2.201	466
21	S.João das Duas Pontes	Total	Sim	2.466	1.902	564

ID NO MAPA	MUNICÍPIO	TERRITÓRIO NA UGRHI 18	MEMBRO DO CBH-SJD	POPULAÇÃO		
				TOTAL	URBANA	RURAL
22	São João de Iracema	Total	Sim	1.853	1.665	188
23	Sebastianópolis do Sul	Total	Sim	3.304	2.838	466
24	Suzanópolis	Total	Sim	3.990	2.663	1.327
25	Três Fronteiras	Parcial	Sim	5.550	4.926	624
26	Urânia	Parcial	Sim	8.584	7.502	1.082
27	Bálsamo	Parcial	Não	8.542	7.971	571
28	Cosmorama	Parcial	Não	6.976	5.396	1.580
29	Estrela D'Oeste	Parcial	Não	8.083	7.075	1.008
30	Fernandópolis	Parcial	Não	66.131	64.107	2.024
31	Itapura	Parcial	Não	4.965	3.968	997
32	Magda	Parcial	Não	3.076	2.638	438
33	Meridiano	Parcial	Não	3.725	2.709	1.016
34	Mirassol	Parcial	Não	58.112	56.642	1.470
35	Pereira Barreto	Parcial	Não	25.411	23.805	1.606
36	Poloni	Parcial	Não	5.681	5.057	624
37	Santa Clara D' Oeste	Parcial	Não	1.998	1.617	381
38	Sud Mennuci	Parcial	Não	7.728	6.659	1.069
39	Tanabi	Parcial	Não	25.147	23.445	1.702
40	Valentim Gentil	Parcial	Não	12.897	11.989	908
41	Votuporanga	Parcial	Não	92.193	89.612	2.581

Fonte: CBH-SJD (2021) e SEADE (2021)

Figura 2: Municípios com território na UGRHI 18



Fonte: Elaborado pelos autores.

5 - LINHAS TEMÁTICAS DE ATUAÇÃO DO PEA

As linhas temáticas do PEA-SJD foram definidas de modo a permitir a **identificação dos principais problemas socioambientais** e deficiências de planejamento de cada município integrante do CBH-SJD que possam direta ou indiretamente refletir em prioridades de projetos de educação ambiental.

As linhas temáticas foram a base para a sistematização dos dados da Etapa de Diagnóstico e elaboração dos **mapas temáticos**; e, posteriormente, na etapa de Prognóstico do PEA-SJD, para definição de prioridades para a educação ambiental. O Quadro 1 apresenta a descrição das linhas temáticas

Quadro 1: Descrição das Linhas Temáticas para Projetos de Educação Ambiental

LINHA TEMÁTICA

OBJETIVO



A LT1 é composta por componentes que denotam a qualidade ambiental do **solo** e do meio biótico, **vegetação e biodiversidade**, ao incorporar os temas de conservação da vegetação nativa, ocorrência de processos erosivos e de focos de incêndio. Nesse sentido, apresenta um caráter mais voltado à área rural (mas não restrito), incluindo também como componente o cadastro de propriedades no Sicar.

ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável

ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima

ODS 15 – Vida Terrestre

2



A LT2 é composta por componentes que direta ou indiretamente são vinculados à **qualidade e quantidade de água**, avaliada a partir da relação entre a disponibilidade e a demanda hídrica, além de indicativos de **fontes de poluição** como áreas contaminadas; DBO remanescente; eficiência no tratamento de esgoto sanitário e forma de disposição final dos resíduos sólidos pelos municípios.

ODS 6 – Água Potável e Saneamento

ODS 14 – Vida na água

3



A LT3 oferece a dimensão dos **aspectos institucionais** e da maturidade do **planejamento ambiental** do poder público municipal, tendo em vista a importância de uma **gestão integrada e participativa**. Possui 5 componentes, entre os quais existência de instrumentos de planejamento em esfera municipal (Plano Diretor, Plano Municipal de Saneamento Básico e Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos); existência de legislação municipal sobre Educação Ambiental e o desempenho no Programa Município VerdeAzul.

ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação

4



A LT 4 possui um caráter social, voltado para a **qualidade de vida da população** em termos de educação, renda e saúde. É também vinculada à **universalização dos serviços de saneamento básico** e à cadeia da **reciclagem**, englobando tanto o potencial de geração de renda quanto o consumo consciente.

ODS 3 – Bem estar e saúde

ODS 4 – Educação de qualidade

ODS 10 – Redução das desigualdades

ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis

6 - LINHAS TEMÁTICAS PRIORITÁRIAS DO PEA

A definição das Linhas Temáticas prioritárias para projetos de educação ambiental foi realizada a partir dos resultados do Diagnóstico do PEA-SJD, este que pode ser conferido de forma completa no Relatório deste plano. O objetivo da definição das Linhas Temáticas prioritárias é que as ações de EA estejam conectadas com a realidade socioambiental da Bacia Hidrográfica SJD e dessa forma contribuam para aumentar a sensibilização ambiental nestes temas.

Destaca-se que o intuito da definição de linhas temáticas prioritárias não é restringir a proposição de projetos de educação ambiental a apenas uma única LT, mas indicar temas que possuem maior demanda para cada município. Nesse sentido, são indicadas no Quadro a seguir as três linhas temáticas com maior pontuação em cada município, com base na classificação de Prioridade 1 (P1), Prioridade 2 (P2) e Prioridade 3 (P3).

Em relação a prioridade das linhas temáticas na UGHRI 18 como um todo, considerando os municípios do CBH-SJD:

- LT1 – “Conservação dos recursos naturais” é prioritária com 73% dos municípios inseridos nela.
- LT2 – “Qualidade e quantidade de água”, não se apresentou como prioritária em nenhum município, uma vez que os componentes avaliados apresentaram, na maior parte, bom desempenho, considerando os valores de referência utilizados.
- LT3 – “Fortalecimento institucional” prioritária em 15% dos casos.
- LT4 – “Saúde e consumo consciente” com 12 %.

Quadro 2: Linhas temáticas e nível de prioridade para cada município.

MUNICÍPIOS	PRIORIDADES		
	P1	P2	P3
Aparecida D'Oeste	LT1	LT4	LT3
Auriflama	LT1	LT4	LT3
Dirce Reis	LT1	LT4	LT3
Floreal	LT1	LT2	LT4
General Salgado	LT1	LT4	LT3
Guzolândia	LT1	LT3	LT2
Ilha Solteira	LT1	LT4	LT2
Jales	LT1	LT3	LT4
Marinópolis	LT1	LT3	LT4
Monte Aprazível	LT1	LT4	LT3
Neves Paulista	LT1	LT3	LT4
Nhandeara	LT4	LT1	LT3

MUNICÍPIOS	PRIORIDADES		
	P1	P2	P3
Nova Canaã Paulista	LT1	LT4	LT3
Palmeira D'Oeste	LT3	LT1	LT4
Pontalinda	LT1	LT4	LT2
Rubinéia	LT1	LT3	LT4
Santa Fé do Sul	LT1	LT2	LT4
Santa Salete	LT1	LT3	LT4
Santana da Ponte Pensa	LT3	LT1	LT4
São Francisco	LT1	LT3	LT2
São João das Duas Pontes	LT4	LT3	LT1
São João de Iracema	LT3	LT2	LT4
Sebastianópolis do Sul	LT4	LT1	LT2
Suzanópolis	LT1	LT4	LT2
Três Fronteiras	LT1	LT2	LT3
Urânia	LT3	LT1	LT2

Fonte: Elaborado pelos autores.

7 - PRINCÍPIOS DO PEA-SJD

Os Princípios do PEA-SJD são os **pilares** que estruturam o que se aspira para a Educação Ambiental, no território da UGRHI 18, em consonância com os princípios das políticas de educação ambiental paulista e brasileira. Para a construção desses princípios, foram considerados as sugestões dos cinco Fóruns Participativos, realizados na UGRHI 18, na fase de Prognóstico do PEA-SJD. Também realizado o processo de tiering por meio da análise das políticas públicas relacionadas a Educação Ambiental, a Recursos Hídricos e suas intersecções.

Os princípios que serão apresentados, compõem a base na qual acredita-se que as diversas ações, projetos e outras políticas de educação ambiental, como o PEA-SJD, devem orientar-se, buscando coerência e sinergia para o cumprimento do propósito e objetivos estabelecidos a nível nacional para a educação ambiental.

Na análise dos instrumentos legais existentes, destaca-se:

“Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade

Global”, cuja primeira versão foi acordada na I Jornada Internacional de EA, durante o Fórum da Sociedade Civil, paralelo à ECO-92, no Rio de Janeiro;

“Política Nacional de Educação Ambiental” (Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999), principal política brasileira no tema;

“Política Estadual de Educação Ambiental de São Paulo” (Lei Estadual nº 12.780, de 30 de dezembro de 2007, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo), derivação estadual da política nacional;

“Resolução nº 98 de 26 de março de 2009”, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), que estabelece princípios, fundamentos e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

“Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)”, 5ª edição (última até o momento) publicada em 2018, que traz marcos Legais e normativos para a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental.

Para facilitar a leitura, separaram-se os princípios em três tipos: **os básicos; os metodológicos e os ambientais.**



PRINCÍPIOS BÁSICOS

Relacionados a aspectos mais amplos sobre a educação ambiental que queremos:

- Enfoque humanista, holístico, democrático e participativo das ações e projetos;
- Fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade;
- Vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais;
- Abordagens e temáticas articuladas das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- A valorização do papel da mulher e do homem, respeitando a equidade de gênero, no planejamento, nos processos decisórios e na gestão dos recursos hídricos;
- A transversalidade e a sinergia das ações em educação ambiental;



PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Relacionados principalmente ao “como” executar os projetos de EA

- Cultivar nos projetos o pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas e o diálogo de saberes;
- Consideração dos aspectos da inter, multi e transdisciplinaridade da educação ambiental;
- Promoção de uma educação crítica, participativa e emancipatória;
- Garantia de continuidade e permanência dos processos educativos;
- Permanente avaliação crítica do processo educativo;
- Reconhecimento e respeito à pluralidade e à diversidade humana;



PRINCÍPIOS AMBIENTAIS

- Concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, socioeconômico e cultural, sob o enfoque da sustentabilidade e da permanência da vida no planeta Terra;
- Entendimento da água como um bem de domínio público, recurso natural limitado, dotado de valor econômico;
- A utilização da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos;

8 - OBJETIVOS DO PEA-SJD

Os Objetivos do PEA-SJD apresentam o que se pretende promover, valorizar e realizar no território da UGRHI 18, a partir deste Plano e de seus fundamentos e princípios.

OBJETIVOS GERAIS DO PEA-SJD:

- Impulsionar iniciativas de educação ambiental que visem a promoção e melhoria da qualidade socioambiental;
- Contribuir para minimização dos impactos das mudanças climáticas e aumento da resiliência ambiental na Bacia/nas cidades;
- Aumentar a quantidade de projetos de EA na Bacia SJD;
- Promoção de projetos estruturados de Educação Ambiental e não apenas pontuais, como eventos;
- Considerar as questões e o contexto socioambiental da Bacia do rio São José dos Dourados na elaboração dos projetos de EA;
- Promover o fortalecimento institucional dos municípios nas temáticas ambientais;
- Incentivar e fortalecer a articulação dos atores de EA da bacia hidrográfica SJD;
- Aprimorar a articulação entre os atores de EA e o CBH-SJD.
- Promover a comunicação ambiental, com a divulgação das iniciativas existentes;
- Contribuir para a continuidade, avaliação crítica e integração dos projetos de EA na bacia;

Quanto aos objetivos específicos do Plano, eles estão alinhados às **Linhas Temáticas (LT)** anteriormente apresentadas, no tópico 5 deste material.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PEA-SJD:

- **LT 1-** Alavancar a aplicação de boas práticas voltadas à agricultura ecológica, ao incremento da vegetação nativa e à prevenção de erosões e queimadas, visando à conservação dos recursos naturais.
- **LT 2-** Contribuir para a melhoria do saneamento urbano e rural e uso racional da água.
- **LT3-** Contribuir com o aprimoramento da estrutura de planejamento e gestão ambiental municipal e ampliação da participação social.
- **LT 4-** Contribuir para a ampliação de iniciativas que promovam saúde e bem estar social, bem como o consumo consciente dos recursos, segregação e descarte adequados dos resíduos sólidos.

9 - DIRETRIZES METODOLÓGICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para materializar e promover os princípios, fundamentos e objetivos elencados pelo PEA-SJD, foram formuladas algumas diretrizes metodológicas que orientem e contribuam para sua efetivação em ações e projetos de educação ambiental na Bacia Hidrográfica. A partir da reflexão “**como fazer educação ambiental, na prática?**”, estruturou-se esse conjunto de diretrizes para o PEA-SJD, baseado na literatura e nas referências de educação ambiental já apresentadas, mas também a partir das contribuições da população nos Fóruns Participativos realizados na UGRHI 18, em novembro de 2022.

A seguir, serão listados alguns desses **aspectos metodológicos** específicos que foram organizados com a finalidade de contribuir para a elaboração e execução de projetos estruturados de educação ambiental. Ressalta-se que a consideração desses aspectos deve ser realizada de forma integrada e conjunta e não necessariamente sequencial.

Objetivos e atividades

Para estruturar um projeto de educação ambiental, recomenda-se partir de qual é ou quais são os objetivos pretendidos: o **que se espera alcançar com o projeto?** É comum utilizar um ou mais verbos

no infinitivo para apontar os objetivos pretendidos com uma determinada ação ou projeto. Alguns exemplos genéricos, que devem ser adequados ao contexto específico de cada ação ou projeto:

- Sensibilizar um determinado grupo a respeito de um tema;
- Capacitar um grupo para compreender melhor um tema e/ou realizar determinadas ações nesse contexto;
- Elaborar materiais educativos e/ou de divulgação sobre um determinado tema, lugar ou projeto já existente;
- Mobilizar um determinado grupo para a realização de uma ação socioambiental.

A partir dos objetivos estabelecidos, é possível e recomendado apontar uma **sequência encadeada de ações** para o cumprimento do objetivo determinado. Quais ações são necessárias para preparar o grupo e dar início ao projeto? Quais ações ou atividades serão desenvolvidas ao longo do projeto? Quais ações são necessárias para finalizar e avaliar o projeto? As atividades podem ou não estar numeradas, mas sua numeração contribui para o encadeamento lógico das ações, tanto para a estruturação do projeto, quanto para sua apresentação posterior, para fins de divulgação, ou mesmo captação de recursos.

Público Alvo

Uma ação ou projeto torna-se muito mais efetivo quando estão claros, não apenas os objetivos e atividades pretendidas, mas também **a quem se destinam essas atividades**. A definição desse público-alvo – seja de forma mais ampla, como a população de um município; seja de forma mais específica, como os estudantes do 5o ano de uma determinada escola, ou as crianças e adolescentes de um determinado bairro – contribui para a estruturação das atividades sugeridas, a partir da definição de quais abordagens e formatos serão utilizados para o seu cumprimento e, portanto, o cumprimento dos objetivos propostos com o projeto. Recomenda-se considerar e definir, desde a elaboração do projeto, tanto o **perfil do público** pretendido, quanto o número – exato ou estimado – de participantes. Em alguns casos, é possível definir ou estimar o público em dois ou mais níveis de participação, quando consideramos: o público diretamente envolvido – as pessoas inscritas e incluídas em uma ou mais atividades do projeto, nominalmente, ou a partir do grupo de que fazem parte; e também o público indiretamente envolvido, mesmo que não participe diretamente – por exemplo, o conjunto da comunidade escolar, um bairro ou a população de um município. A explicitação do público ao qual se destina uma ou mais atividades de um projeto traz clareza para quem o executa, mas também, para pessoas ou instituições que querem compreender o projeto,

para participar dele, divulgá-lo ou até mesmo financiá-lo. Ressalta-se que **é possível e importante ir além dos públicos infantil e escolar**. A educação ambiental é fundamental dentro do currículo escolar, para crianças e adolescentes de diversos anos do ensino formal. Contudo, é necessário considerar e propor projetos para públicos como professoras(es); trabalhadoras(es) de uma empresa ou órgão público; agentes de saúde; instituições sociais; grupos da terceira idade; a população de um determinado bairro ou assentamento; entre outros.

Outro aspecto importante é a priorização de **públicos multiplicadores**, ou seja, pessoas com maior potencial e possibilidade de multiplicar ideias, ações, valores e práticas, em curto prazo. Ainda que diversas pessoas e públicos tenham algum potencial multiplicador, quando se sensibilizam professoras(es) ou agentes de saúde, por exemplo, há maiores chances de difundir e **ampliar o alcance das reflexões e práticas** de educação ambiental para mais pessoas, em relação a projetos voltados a um “público-fim”, como estudantes e habitantes de uma região, de forma mais geral.

Abordagens e formatos

Existem diversas abordagens e formatos possíveis para a realização de atividades educativas em geral e de educação ambiental em específico.

Desde as abordagens mais conhecidas e tradicionais, como palestras expositivas e cartilhas, até as mais **criativas e inovadoras**, como dinâmicas participativas, jogos presenciais ou virtuais, desafios interativos ou atividades de educomunicação. Com uma definição inicial dos objetivos, atividades e público-alvo, é possível pensar sobre quais as **abordagens mais adequadas, contextualizadas, coerentes e possíveis** para cada atividade de um projeto.

Uma mesma atividade pode ser executada a partir de abordagens bastante diferentes, quando direcionada para públicos diferentes: uma palestra sobre o tema “água” pode e deve se utilizar de formatos e metodologias diferentes para um público de crianças, em relação a um grupo de funcionários de um departamento público ou empresa, por exemplo. Mas mesmo grupos de mesma faixa etária podem requerer abordagens distintas, ao se considerar, por exemplo, sua relação anterior com o tema, sua escolaridade e ocupação.

É comum, no campo da educação ambiental crítica, a priorização de **abordagens mais dialogadas e participativas**, em detrimento das meramente expositivas. É recomendável a utilização de palestras, cursos e cartilhas. Tais abordagens têm grande relevância na aplicação de ações e projetos de educação ambiental, mas ganham uma dimensão mais significativa quando conduzidas de forma a trazer as ideias, experiências anteriores e conhecimentos dos participantes para a conversa, ao invés de considerá-los meros ouvintes.

Nesse sentido, é possível buscar, aplicar, adaptar, ou mesmo criar metodologias participativas, a partir

de atividades; dinâmicas; jogos físicos ou virtuais; da pesquisa e/ou escrita coletivas; atividades em campo; viagens; desafios; ou mesmo oficinas e rodas de conversa que favoreçam diálogos mediados entre participantes e organizadoras(es).

Ressalta-se também a importância de se pensar **recursos didáticos** que contribuam para a apresentação e compreensão de alguns temas, como mapas, objetos, experimentos, maquetes, ou mesmo espaços demonstrativos, como casas, ruas ou quarteirões que sejam considerados referências ou “modelo”.

Recursos materiais enriquecem e ampliam as possibilidades em uma atividade de educação ambiental, mas ainda se faz necessária a utilização de uma **linguagem acessível e coerente** com cada público e seu perfil, adotando, por exemplo, abordagens mais lúdicas com crianças; e exemplos próximos da realidade e contexto de cada grupo.

Estruturação e recursos

A **falta de recursos**, humanos e financeiros, é um dos maiores desafios para a estruturação e a execução de bons projetos de educação ambiental. Por outro lado, quando se encontram formas de estruturá-los minimamente – a partir de objetivos, atividades, público, abordagens metodológicas, cronograma de execução e orçamento – torna-se mais possível o processo de apresentação e divulgação do projeto para a **obtenção de apoio, parcerias e até financiamento**.

O apontamento e a definição de elementos que promovam essa estruturação de projetos - como profissionais qualificados da instituição proponente ou a serem contratados; serviços e materiais necessários orçados; parcerias e apoios institucionais, contribui para uma execução que cumpra com os objetivos propostos e tenha mais chance de ter **continuidade** e/ou outros desdobramentos, via novos projetos ou outras ações.

Para isso, recomenda-se a definição clara do tempo de projeto, distribuindo as atividades propostas em um **cronograma**, que apresente a sequência de atividades previstas e o tempo estimado para a realização de cada uma delas. A listagem dos materiais e serviços necessários para a execução da ação ou projeto, junto de valores respectivos de **orçamento** para cada um dos itens, permite a apresentação do custo previsto para que ele aconteça, ainda que sujeito a adaptações e complementações.

Uma forma usual e simples de apresentar essa estruturação de um projeto é a partir de dois documentos básicos, além das descrições já apresentadas: uma planilha orçamentária e um cronograma físico-financeiro, que aponte a **distribuição do recurso previsto ao longo dos meses**, ou outra unidade de tempo, do projeto. É importante verificar quais as orientações e/ou restrições para a estruturação desses itens, conforme cada instituição financiadora, seja o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO); uma prefeitura municipal; ou qualquer outro agente financiador. Em alguns casos, pode-se ou pode-

se ou deve-se indicar serviços, materiais - ou um percentual geral entre ambos - de **contrapartida**, ou seja, de recursos, humanos ou financeiros, que a instituição proponente oferece para a execução do projeto, para além do valor solicitado para financiamento.

Parcerias

Em geral, a existência de parcerias institucionais, apoios ou financiadores não são algo fundamental para a escrita, a proposição e a execução de um projeto de educação ambiental. Contudo, o estabelecimento de uma ou mais parcerias, que contribuam de formas diversas para a instituição proponente e para o projeto, tende a dar mais **credibilidade e visibilidade** para ele, além de permitir melhores condições de estruturação inicial do projeto, planejamento e proposição de recursos de contrapartida. Projetos que contam, por exemplo, com parcerias das **prefeituras** dos municípios em que serão desenvolvidos, ou outras instituições reconhecidas no tema ou região do projeto, têm maiores chances de financiamento, divulgação e recebimento de outras **formas de apoio**.

Em geral, as parcerias são firmadas na fase de elaboração dos projetos, ou ainda logo que eles são iniciados, e podem ser formalizadas por uma **carta de parceria**, ou outro documento assinado entre as partes que reconheça a parceria. Nesse documento, é possível constar a especificação sobre como será efetivada a parceria na prática, seja com recursos humanos, financeiros, divulgação, ou apenas a concordância da instituição com a execução do

projeto. Quando são formalizadas, recomenda-se a **divulgação das instituições parceiras**, por meio de seu nome ou logotipo, nos materiais físicos e virtuais de apresentação, relatório ou outras produções realizadas ao longo do projeto.

Comunicação

As atividades e ações de comunicação ou divulgação não se configuram como ações de educação ambiental propriamente ditas, mas a comunicação, de forma geral, é uma importante aliada para **promover**, divulgar, captar público e apoio, ou também **divulgar resultados** de processos educativos. Nesse sentido, é possível e desejável planejar como estruturar a comunicação de um projeto a partir, por exemplo:

- de redes sociais e demais canais de comunicação da instituição proponente e das instituições parceiras;
- da previsão de atividades específicas de divulgação no cronograma do projeto;
- da compra ou contratação de materiais, serviços e/ou profissionais que contribuam para a comunicação;
- de materiais, físicos ou virtuais, que sintetizem e apresentem os resultados obtidos ao longo do projeto;
- entre outros.

Em alguns casos, a elaboração de um **“plano de comunicação”** na fase de planejamento do projeto, antes ou no início de sua execução, pode contribuir para listar e sistematizar as estratégias de comunicação que serão utilizadas e como isso será executado, de acordo com o cronograma, o orçamento e as pessoas envolvidas.

10 - PROGRAMAS DO PEA-SJD

Diante do diagnóstico socioambiental dos municípios integrantes do CBH-SJD, da indicação das temáticas prioritárias em cada município avaliado e das questões levantadas nos fóruns, o Plano de Ação do PEA-SJD foi estruturado a partir da definição de três programas e respectivos subprogramas, conforme ilustra-se no Quadro 3. Tais programas estão alinhados aos Programas de Duração Continuada (PDCs) e subprogramas (subPDC) do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e foram pensados buscando a transversalidade entre as linhas temáticas do PEA-SJD.

Nos itens subsequentes ao Quadro 3, são apresentados os detalhes de cada programa e subprogramas do PEA-SJD, indicando o público-alvo, justificativa, temas relevantes para projetos, diretrizes metodológicas a serem observadas e tipologia de empreendimento enquadrável de acordo com o Anexo 2 do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO.

Quadro 3: Programas e Subprogramas do PEA-SJD

Programa		Subprograma	Vinculação com subPDCs do PDC 8
1 Formação, capacitação técnica e treinamentos voltados às temáticas ambientais	1.1	Formações sobre temáticas ambientais na área rural	8.2 – Educação ambiental vinculada às ações dos planos de bacias hidrográficas 8.1 – Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos
	1.2	Formação, Capacitação Técnica e treinamentos para gestores e servidores públicos	8.2 – Educação ambiental vinculada às ações dos planos de bacias hidrográficas 8.1 – Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos
	1.3	Formação e capacitação técnica de agentes multiplicadores no ambiente escolar	8.2 – Educação ambiental vinculada às ações dos planos de bacias hidrográficas
2		Comunicação, sensibilização e divulgação sobre temáticas ambientais	8.2 – Educação ambiental vinculada às ações dos planos de bacias hidrográficas 8.3 – Comunicação social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos
3 Fortalecimento de espaços para práticas de educação ambiental na UGRHI	3.1	Criação, ampliação e fortalecimento de espaços educadores que favoreçam a conservação e a proteção ambiental	8.2 – Educação ambiental vinculada às ações dos planos de bacias hidrográficas 8.1 – Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos
	3.2	Criação de eventos voltados às temáticas socioambientais	8.2 – Educação ambiental vinculada às ações dos planos de bacias hidrográficas

³ Os Programas de Duração Continuada (PDCs) e subprogramas (subPDCs) foram atualizados pela Deliberação CRH nº 246/2021 e devem ser observados na indicação de empreendimentos para investimento dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para se aprofundar mais na estruturação e detalhamento dos Programas e Subprogramas propostos, acesse o **Relatório Completo do PEA-SJD**.

Para cada Programa e Subprograma, foi elaborada uma Justificativa técnica; além de apontamentos sobre suas **Diretrizes Metodológicas a serem observadas**.

10.1 - PROGRAMA 1 FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO TÉCNICA E TREINAMENTOS VOLTADOS ÀS TEMÁTICAS AMBIENTAIS

No contexto do Programa 1, poderão ser desenvolvidos projetos que visem proporcionar formação, capacitação técnica e treinamentos em temáticas ambientais e para públicos-alvo específicos. Nessa perspectiva, foram estruturados subprogramas, focados nos públicos-alvo de interesse para o desenvolvimento de projetos de EA na UGRHI 18, conforme segue.

a) Subprograma 1.1 - Formações sobre temáticas ambientais na área rural

Público-alvo: Produtores rurais e população rural.

Temas relevantes para o desenvolvimento de projetos de EA:

- Restauração florestal;
- Pagamentos por serviços ambientais (PSA);
- Sistemas Agroflorestais (SAF);
- Tecnologias para tratamento de esgoto (fossas sépticas biodigestoras, jardins filtrantes etc.);
- Aquicultura e piscicultura sustentáveis;
- Compostagem rural;
- Práticas agrícolas sustentáveis;
- Conservação dos recursos hídricos e APPs;
- Corredores ecológicos;
- Manejo do solo e controle de erosão;
- Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- Impactos do desmatamento e queimadas;
- Introdução de espécies exóticas (peixes e javali), entre outros.

Tipologia de empreendimento enquadrável de acordo com o Anexo 2 do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO: T.8.2.1. Processos formativos de educação voltados à gestão dos recursos hídricos para a sociedade.

Projetos prioritários: Processos formativos sobre técnicas para saneamento rural – água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos – e soluções baseadas na natureza.

b) Subprograma 1.2 - Capacitação técnica e treinamentos para gestores e servidores públicos

Público-alvo: Gestores e servidores públicos.

Temas relevantes para o desenvolvimento de projetos de EA:

- Captação de recursos financeiros para desenvolvimento de projetos de EA;
- Práticas para a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos;
- Logística reversa;
- Apoio para cooperativas de materiais recicláveis;
- Programa Município VerdeAzul;
- Drenagem sustentável e técnicas de infraestruturas verdes e azuis;
- Pagamento por Serviços Ambientais;
- Planejamento estratégico para gestão de recursos hídricos;
- Educação Ambiental crítica e participativa;
- Varrição urbana, limpeza e manutenção de espaços públicos;
- Políticas Públicas e Instrumentos sobre temas ambientais (exemplo: IPTU Verde);
- Fiscalização Ambiental;
- Fontes de dados oficiais sobre temas ambientais.

Tipologia de empreendimento enquadrável de acordo com o Anexo 2 do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO: T.8.1.2. Organização de capacitação (cursos formais) em gestão de recursos hídricos voltada a técnicos(as), profissionais e/ou educadores(as)

Projetos prioritários: Projeto de sensibilização sobre técnicas de restauração e recomposição da vegetação nativa; Projeto de formação/ capacitação técnica para a estruturação e redação de projetos para pleito de recursos FEHIDRO

c) Subprograma 1.3 - Capacitação de agentes multiplicadores no ambiente escolar

Público-alvo: Professores(as) e estudantes das redes de ensino pública e privada.

Temas relevantes para o desenvolvimento de projetos de EA:

- Segregação de resíduos sólidos, coleta seletiva e logística reversa;
- Uso racional da água e da energia;
- Consumo consciente;
- Proteção ambiental e Mudanças Climáticas;
- Ecologia; entre outras.

Tipologia de empreendimento enquadrável de acordo com o Anexo 2 do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO: T.8.1.2. Organização de capacitação (cursos formais) em gestão de recursos hídricos voltada a técnicos(as), profissionais e/ou educadores(as)

Projetos prioritários: Capacitação de agentes do ambiente escolar sobre poluição ambiental; manejo adequado de resíduos sólidos; consumo consciente; uso racional de água e de energia; conservação da vegetação nativa/arborização e serviços ecossistêmicos.

10.2 - PROGRAMA 2 COMUNICAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO SOBRE TEMÁTICAS AMBIENTAIS

O Programa 2 não foi estruturado em subprogramas, considerando a amplitude de possibilidades de projetos e temas relacionados a comunicação, sensibilização e divulgação ambiental. O público-alvo de projetos vinculados ao Programa 2 também é amplo e diverso, podendo ser direcionado para a população geral, bem como para um público específico, não enquadrado nos demais Programas.

Público-alvo: População geral

Temas relevantes para o desenvolvimento de projetos de EA:

- Coleta seletiva e reciclagem;
- Descarte irregular de resíduos sólidos e destinações adequadas;
- Uso racional da água e da energia;
- Consumo consciente;
- Reúso da água;
- Compostagem doméstica;
- Conservação dos recursos hídricos;
- Eventos extremos e mudanças climáticas;
- Pesca sustentável;
- Queimadas;
- Resultados de projetos de EA já desenvolvidos.

Tipologia de empreendimento enquadrável de acordo com o Anexo 2 do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO: T.8.3.1. Campanha educativa voltada para a conservação e gestão dos recursos hídricos; T.8.3.2. Serviços afetos à elaboração e divulgação de instrumentos de comunicação social.

Projetos prioritários: Campanhas educativas sobre a influência da piscicultura e turismo de pesca na qualidade dos recursos; Estruturação e execução de um Plano de Comunicação do CBH-SJD, para a divulgação de dados sobre a UGRHI, projetos de EA e iniciativas do CBH na UGRHI 18.

10.3 - PROGRAMA 3 FORTALECIMENTO DE ESPAÇOS PARA PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA UGRHI

No panorama do Programa 3, poderão ser estruturados projetos que busquem fortalecer e valorizar espaços para o desenvolvimento de práticas de educação ambiental. Nessa perspectiva, foram estruturados dois subprogramas, conforme segue:

a) Subprograma 3.1 - Criação, ampliação e fortalecimento de espaços educadores que favoreçam a conservação e a proteção ambiental

Público-alvo: População geral

Temas relevantes para o desenvolvimento de projetos de EA:

- Viveiros educativos para produção de mudas;
- Borboletários e Meliponários;
- Hortas comunitárias;
- Jardins medicinais;
- Compostagem comunitária;
- Arborização urbana;
- Recuperação de vegetação nativa e APP;
- Técnicas sustentáveis de manejo do solo;
- Agricultura agroecológica;
- Técnicas de saneamento ambiental rural, entre outros.

Tipologia de empreendimento enquadrável de acordo com o Anexo 2 do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO:

T.8.2.1. Processos formativos de educação voltados à gestão dos recursos hídricos para a sociedade

Projetos prioritários: Criação, ampliação e valorização de viveiros/parques/bosques como espaços educadores na UGRHI 18.

b) Subprograma 3.2 - Criação de eventos voltados às temáticas socioambientais

Público-alvo: População geral

Temas relevantes para o desenvolvimento de projetos:

- Visitas a estações de tratamento de água e esgoto, a aterros sanitários, a centrais de triagem de resíduos passíveis de reciclagem, a pontos de entrega voluntária de resíduos;
- Mutirões de limpeza de áreas públicas;
- Eventos de plantio para promoção de arborização urbana participativa (plantios);
- Realização de simpósios, workshop ou outros eventos de educação ambiental

Tipologia de empreendimento enquadrável de acordo com o Anexo 2 do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO:

T.8.1.1. Organização de congressos, simpósios, workshops e eventos afins voltados à gestão dos recursos hídricos

Projetos prioritários: Criação de eventos socioambientais associados às linhas temáticas prioritárias do PEA-SJD.

11 - PLANO DE AÇÕES

Quadro 4: Plano de Ações do PEA-SJD

Tendo em consideração os temas relevantes para a elaboração de projetos no contexto de cada programa e subprograma do PEA-SJD, o Quadro 4 apresenta o Plano de Ações do PEA SJD, com a indicação de projetos relevantes a serem desenvolvidos na UGRHI.

	Programa	Subprograma	
1	Formação, capacitação técnica e treinamentos voltados às temáticas ambientais	1.1	Formações sobre temáticas ambientais na área rural
		1.2	Formação e capacitação técnica e treinamentos para gestores e servidores públicos
		1.3	Formação e capacitação técnica de agentes multiplicadores no ambiente escolar
2	Comunicação, sensibilização e divulgação sobre temáticas ambientais		
3	Fortalecimento de espaços para práticas de educação ambiental na UGRHI	3.1	Criação, ampliação e fortalecimento de espaços educadores que favoreçam a conservação e a proteção ambiental
		3.2	Criação de eventos voltados às temáticas socioambientais
REVISÃO DO PLANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA UGRHI 18			

⁴Os Programas de Duração Continuada (PDCs) e subprogramas (subPDCs) foram atualizados pela Deliberação CRH n° 246/2021 e devem ser observados na indicação de empreendimentos para investimento dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO.

Projetos relevantes/prioritários	Vinculação com subPDCs ⁴ do PDC 8	Quadriênio indicado para execução de projetos		
		2024-2027	2028-2031	2032-2035
Processos formativos sobre técnicas para saneamento rural – água, esgotamento sanitário, drenagem e resíduos sólidos – e soluções baseadas na natureza	8.1			
Consultar linhas temáticas e Quadro 3 de projetos relevantes para a UGRHI 18	A depender do escopo do projeto			
Formação / capacitação técnica para estruturação e redação de projetos para pleito de recursos FEHIDRO	8.1			
Consultar linhas temáticas e Quadro 3 de projetos relevantes para a UGRHI 18	A depender do escopo do projeto			
Consultar linhas temáticas e Quadro 3 de projetos relevantes para a UGRHI 18	A depender do escopo do projeto			
Campanhas educativas sobre a influência da piscicultura e turismo de pesca na qualidade dos recursos hídricos	8.1			
Estruturação e execução de um Plano de Comunicação do CBH-SJD, para a divulgação de dados sobre a UGRHI, projetos de EA e iniciativas do CBH na UGRHI18	8.3			
Consultar linhas temáticas e Quadro 3 de projetos relevantes para a UGRHI 18	A depender do escopo do projeto			
Consultar linhas temáticas e Quadro 3 de projetos relevantes para a UGRHI 18	A depender do escopo do projeto			
Consultar linhas temáticas e Quadro 3 de projetos relevantes para a UGRHI 18	A depender do escopo do projeto			
	8.3			

12 - PROJETOS RELEVANTES PARA A UGRHI 18

O quadro a seguir exibe o compilado de projetos relevantes para a UGRHI que foram indicadas nos fóruns participativos realizados na Bacia Hidrográfica SJD e poderão servir de base para proposição de projetos para o CBH-SJD

Quadro 5: Projetos relevantes para a UGRHI 18

PROJETOS RELEVANTES PARA A UGRHI 18 COM RECURSOS DO FEHIDRO OU OUTRAS FONTES.

LT1- Educação Ambiental voltada à conservação dos recursos naturais

Piscicultura e biodiversidade aquática	Diagnóstico socioambiental participativo do histórico da piscicultura e dos impactos da criação em larga escala
	Projetos de EA e campanhas de sensibilização para população local e turistas sobre pesca esportiva e conservação ambiental para a pesca mais sustentável
	Projetos sobre a importância da diversidade da ictiofauna e outras espécies aquáticas nativas para o equilíbrio ecológico
Arborização Urbana	Projetos de sensibilização da população sobre os benefícios da arborização urbana para mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e contribuições para a drenagem sustentável
	Capacitação sobre poda para funcionários públicos e jardineiros, incluindo as técnicas adequadas e equipamentos de segurança
	Sensibilização para a população sobre os problemas da poda drástica e as técnicas mais adequadas
	Projetos de arborização urbana participativa, incluindo plantio, manutenção das árvores e o cuidado compartilhado com os espaços públicos
	Criação e fortalecimento de viveiros educativos para produção de mudas nativas e frutíferas adequada para arborização urbana
Biodiversidade	Projetos de capacitação e/ou divulgação sobre manejo de espécies invasoras da fauna
	Projetos de sensibilização e divulgação sobre a importância da biodiversidade nativa, do Cerrado e da Mata Atlântica
	Criação e valorização de espaços educadores para a divulgação e conservação de polinizadores nativos, como Borboletários e Meliponários

Meio Rural

Campanhas educativas e sensibilização sobre os impactos socioambientais do desmatamento e das queimadas rurais, bem como medidas de prevenção e controle

Projetos de sensibilização para proprietários rurais sobre a importância e benefícios socioambientais e econômicos de práticas agrícolas mais sustentáveis

Projetos de capacitação de produtores rurais sobre restauração florestal e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), incluindo iniciativas de projetos piloto.

Projetos de sensibilização para proprietários rurais sobre a importância da conservação de nascentes, Áreas de Preservação Permanente (APPs), corredores ecológicos e cobertura florestal de um modo geral

Formações sobre Sistemas Agroflorestais (SAF) como método de conservação, produção e educação ambiental

Projetos e campanhas de sensibilização e divulgação sobre políticas públicas e legislação ambiental, como Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Projetos de sensibilização sobre os impactos negativos da aplicação de agrotóxicos

Projetos de sensibilização sobre a importância dos polinizadores e o controle biológico para aumento da produtividade no campo

Projetos de sensibilização sobre boas práticas agrícolas visando ao manejo do solo e ao controle de erosão

PROJETOS RELEVANTES PARA A UGRHI 18 COM RECURSOS DO FEHIDRO OU OUTRAS FONTES.

LT2- Educação ambiental voltada à melhoria da qualidade dos recursos hídricos e usos múltiplos da água

Saneamento e tratamento de efluentes

Projetos de sensibilização e capacitação da população rural sobre tecnologias sociais e ambientalmente adequadas, para tratamento de efluentes domésticos no campo, como fossas sépticas biodigestoras, jardins filtrantes, entre outras

Projetos de sensibilização e capacitação da população rural sobre tecnologias sociais e ambientalmente adequadas para captação, reúso e utilização da água, como clorador e sistemas de captação de água da chuva

Projetos de capacitação em captação, armazenamento e reúso de água da chuva em prédios públicos ou outros edifícios

Campanhas de sensibilização da população urbana sobre consumo consciente, crise hídrica, racionamento e/ou técnicas de reúso da água

Campanhas de sensibilização da população urbana sobre o funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgoto nas cidades

Campanhas de sensibilização sobre os impactos do lançamento inadequado de efluentes domésticos e industriais, alternativas ambientalmente adequadas e canais de informação e de denúncia

Projetos ou atividades voltadas à visitação de Estações de Tratamento de Água e de Esgoto (ETAs e ETEs) para sensibilização e formação sobre saneamento básico

Campanhas de sensibilização voltadas à manutenção e à limpeza de vias públicas e de terrenos baldios



Piscicultura	<p>Campanhas educativas para a população sobre os impactos da piscicultura nos recursos hídricos e os benefícios socioambientais de projetos mais sustentáveis</p> <p>Capacitação e educação ambiental de pescadores e aquicultores para o emprego de técnicas adequadas à conservação dos recursos hídricos, promovendo a aquicultura sustentável, visando reverter e minimizar os impactos ambientais da atividade, com técnicas como: wetlands, aquaponia, entre outras.</p>
Conservação das águas	<p>Projetos para instalação de placas e/ou outros meios de divulgação de locais de vulnerabilidade ou de importância hídrica (nascentes, rios, mananciais)</p> <p>Fortalecimento de mutirões de limpeza de rios e córregos urbanos e as respectivas matas ciliares</p> <p>Projetos de sensibilização sobre a conservação das nascentes, rios, córregos e áreas de mananciais para melhoria da qualidade e quantidade da água</p> <p>Projeto de formação de produtores rurais para conservação de nascentes, rios, córregos e suas matas ciliares, podendo incluir o tema de Pagamento de Serviços Ambientais (PSA)</p> <p>Formações sobre conceito de bacia hidrográfica e de conservação dos recursos hídricos</p>
Drenagem Sustentável	<p>Capacitação de gestores públicos sobre drenagem sustentável; planejamento e implantação de técnicas de infraestruturas verdes e azuis; e soluções baseadas na natureza (SbN)</p> <p>Criação e fortalecimento de ações e de projetos de mutirão de limpeza de praças, parques, bocas de lobo e outros equipamentos públicos</p> <p>Projetos de sensibilização e formação sobre eventos extremos, como chuvas intensas, enchentes e alagamentos no contexto de expansão urbana e das mudanças climáticas</p>



PROJETOS RELEVANTES PARA A UGRHI 18 COM RECURSOS DO FEHIDRO OU OUTRAS FONTES.

LT3- Fortalecimento institucional, planejamento e gestão

Criação de Espaço de EA	<p>Criação e fortalecimento de espaços públicos com estruturas educadoras comunitárias como hortas, jardins medicinais e projetos de compostagem</p> <p>Projeto de implantação de Viveiros Educadores como Centros de Educação Ambiental em espaços públicos</p>
Implementação de parcerias	<p>Projetos de educação ambiental em parceria com Polícia Ambiental, voltados às temáticas que envolvem a fiscalização ambiental, entre outras</p> <p>Projetos de Educação Ambiental em parceria com as universidades, visando a aplicação e a integração dos conhecimentos científicos na comunidade</p> <p>Projetos de Educação Ambiental em parceria com as escolas públicas municipais e estaduais, visando a promoção e o fortalecimento da Educação Ambiental na rede de ensino</p> <p>Formação para estruturação de rede e articulação de educadores ambientais</p>
Instrumentalização	<p>Implementação e/ou promoção de programas e instrumentos ambientais no município como o IPTU Verde, entre outros, para melhorias de aspectos ambientais</p> <p>Diagnóstico socioambiental participativo municipal, para a identificação de problemas ambientais, projetos e proposta de soluções</p> <p>Criação de projetos de lei, políticas e planos municipais de educação ambiental, de forma participativa</p>



Comunicação e divulgação de informações	Projetos de divulgação para a população acerca da legislação, políticas e programas ambientais relevantes no contexto do município
	Projeto para produção e implementação de placas educativas próximas a locais de vulnerabilidade e importância ambientais
	Elaboração e publicação de cartilha sobre boas práticas de gestão ambiental associadas às linhas temáticas do PEA-SJD
Capacitação para elaboração de projetos	Capacitação sobre elaboração de projetos FEHIDRO
	Capacitação para desenvolvimento de projetos de EA e captação de recursos
Capacitação sobre resíduos sólidos	Capacitação de gestores quanto às políticas públicas de Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos no arcabouço legal brasileiro
	Capacitação de gestores públicos sobre a temática gestão e gerenciamento de resíduos orgânicos compostáveis
	Capacitação e articulação dos gestores públicos sobre planejamento regional e logística reversa de resíduos sólidos
	Formações e fomento para as cooperativas de coleta de material reciclável
Capacitação para instrumentalização	Capacitação de técnicos e gestores sobre Pagamento de Serviços Ambientais (PSA), considerando os aspectos legais e os benefícios ambientais
	Capacitação sobre Educação Ambiental crítica e participativa, incluindo políticas públicas nacionais e estaduais
	Formação em fiscalização da qualidade ambiental para profissionais da gestão pública





Capacitação para instrumentalização	Capacitação para técnicos e gestores públicos sobre o Programa Município Verde Azul
	Capacitação sobre planejamento estratégico dos recursos hídricos, considerando as diferentes esferas de Políticas, Planos e Programas (PPPs)
	Projetos de capacitação sobre a temática ambiental, visando aprimorar o conhecimento técnico de gestores públicos, professores, atores de EA e demais multiplicadores
	Capacitação de técnicos e gestores sobre aquicultura sustentável, visando o monitoramento das atividades de pesca na Bacia Hidrográfica
	Projetos para fomentar a participação pública em espaços de tomada de decisão sobre meio ambiente e recursos hídricos (conselhos municipais de meio ambiente, comitês, entre outros), para a população em geral
Consumo Consciente	Projetos de sensibilização sobre as cadeias de produção e consumo, a origem dos produtos, consumismo e o consumo consciente
	Projetos de sensibilização quanto à redução e à utilização consciente de embalagens, recipientes e outros materiais descartáveis



PROJETOS RELEVANTES PARA A UGRHI COM RECURSOS DO FEHIDRO OU OUTRAS FONTES.

LT4- Educação ambiental voltada à promoção de saúde, bem-estar social e consumo consciente

Resíduos sólidos

Sensibilização e capacitação ambiental sobre coleta seletiva e reciclagem

Projetos de educação ambiental para sensibilização sobre descarte irregular e destinação adequada dos diversos tipos de resíduos sólidos

Projetos de EA em parceria com cooperativas de material reciclável, visando a melhoria na separação, coleta e condições de trabalho dos cooperados

Sensibilização e divulgação das cooperativas e catadores autônomos de materiais recicláveis

Sensibilização e capacitação sobre compostagem doméstica urbana para a população

Projetos de sensibilização e capacitação da população rural sobre tecnologias sociais e ambientalmente adequadas, para aproveitamento de resíduos orgânicos a partir da compostagem rural

Projetos educativos de gestão de resíduos sólidos nas escolas

Saúde ambiental

Criação e fortalecimento de hortas comunitárias e/ou escolares com utilização de compostos orgânicos

Projetos educativos sobre controle de vetores de doenças e animais peçonhentos, como mosquito da dengue e escorpião

Projetos e campanhas de varrição urbana, limpeza e manutenção de espaços públicos

Campanhas educativas de sensibilização sobre vacinação e prevenção de doenças de veiculação hídrica

Projetos de sensibilização sobre os efeitos negativos da aplicação indevida de agrotóxicos para a saúde humana e o meio ambiente

Diante do Plano de Ação apresentado (Quadro 4) bem como dos projetos relevantes e prioritários expostos, compete observar que poderão ser pleiteados recursos na CT-EA do CBH-SJD em outros temas, além dos indicados. No entanto, a vinculação clara e objetiva da proposta de projeto com os programas e subprogramas do PEA é obrigatória para fins de financiamento com recursos do FEHIDRO, para que os mesmos estejam em consonância com o Plano de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados.

13 - ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS FEHIDRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A UGRHI 18

Como mostrado no capítulo “Histórico do PEA”, historicamente **poucos projetos** de Educação Ambiental vêm sendo submetidos e aprovados no CBH-SJD, o que indica uma necessidade de facilitar esse processo, que se mostra burocrático e complexo.

No levantamento de informações sobre os projetos de Educação Ambiental já realizados na UGRHI 18, descrita no capítulo de Metodologia, durante a etapa de Diagnóstico, a **principal dificuldade** apontada quanto à execução dos projetos de EA foi relacionada à falta de recursos financeiros e materiais para as ações.

Constatou-se que existem muitos projetos sendo realizados na bacia hidrográfica, mas a maioria deles não são estruturados e carecem de financiamento para tornar suas **ações mais efetivas e**

contínuas; existe falta de profissionais especialistas e de recursos para valorizar os profissionais que se envolvem na temática.

Dessa forma, a maioria das iniciativas de educação ambiental na bacia vem sendo desenvolvida predominantemente de forma voluntária, apenas por boa vontade e engajamento dos envolvidos na causa ambiental, o que prejudica sua continuidade e a qualidade que qualquer ação educativa e de meio ambiente deveria ter para garantir a todos o direito ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, como preconizado na Constituição Federal Brasileira e detalhado nas políticas, planos e programas voltados para meio ambiente e educação ambiental. (BRASIL, 1988).

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS FEHIDRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A UGRHI 18

Este roteiro tem a intenção de **auxiliar atores de educação ambiental a escrever projetos** para o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados alinhados ao PEA-SJD e às normas do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO). Este documento foi estruturado em **nove passos** e visa guiar e facilitar os passos daqueles que buscam desenvolver projetos estruturados e de qualidade no campo da educação ambiental e recursos hídricos, em parceria com o CBH-SJD.

As orientações deste roteiro visam à construção de projetos de educação e comunicação ambiental que considerem as diretrizes, programas, linhas temáticas e critérios de pontuação do PEA-SJD. Dessa forma, espera-se facilitar e orientar os interessados na elaboração de projetos para o FEHIDRO dentro do contexto da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados.

PASSO 1: VERIFICAR A DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DO CBH-SJD

Para garantir que o projeto elaborado tenha a possibilidade de ser financiado pelo FEHIDRO, verifique a disponibilidade de recurso do Comitê e a possibilidade de submissão de projetos de

educação ambiental para o ano vigente através da **Deliberação Anual do CBH-SJD**.

Para isso, entre em contato com a **Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA)** do CBH-SJD e/ou busque no site do CBH-SJD as Deliberações Anuais relacionadas à destinação de recursos para a Educação Ambiental no ano de submissão do projeto.

Recomenda-se a participação na plenária de final de ano do comitê de bacia hidrográfica, quando, normalmente, é definida a **destinação dos recursos financeiros** para os diferentes Programas de Duração Continuada (PDCs), inclusive o PDC 8: Capacitação e comunicação social, relacionado à Educação e Comunicação Ambiental.

RESULTADO ESPERADO - PASSO 1: Verificação da existência de recurso disponível para educação ambiental no ano de interesse de envio do projeto e qual o valor.

PASSO 2: BASES DE ELABORAÇÃO DO PROJETO: “QUE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUEREMOS?”

Recomenda-se a leitura dos “Princípios do PEA-SJD” e dos “Objetivos do PEA-SJD” para alinhamento da proposta de projeto com o

Plano de Educação Ambiental (PEA-SJD). Você encontrará nesses tópicos as **bases conceituais e os fundamentos** estratégicos sobre o que é “Educação Ambiental” e como esse conceito deve ser aplicado para exercer sua ampla função na sociedade.

RESULTADO ESPERADO - PASSO 2: Definição dos princípios e as bases do novo projeto, em consonância com o PEA-SJD. Recomenda-se selecionar alguns dos “Princípios do PEA-SJD” que mais estão em ressonância com a proposta que será elaborada para incluir na escrita do projeto.

PASSO 3: ALINHAMENTO DO PROJETO COM OS PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS DO PEA-SJD.

Recomenda-se a leitura dos Programas e Subprogramas existentes no Plano de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica de São José dos Dourados, de modo a ser inspirado para a sua proposta.

Com essa leitura, você irá encontrar **ideias de projetos e caminhos para sua elaboração**, de acordo com as principais necessidades e demandas da UGRHI 18; com as sugestões de temas relevantes para o PEA-SJD; e com as diretrizes metodológicas para serem observadas na escrita do projeto.

Ressalta-se que os Programas e Subprogramas são transversais a todo o PEA-SJD, sendo que os aspectos mais específicos do escopo do projeto de Educação Ambiental serão definidos nas etapas subsequentes.

RESULTADO ESPERADO - PASSO 3: Definição de pelo menos um Programa e Subprograma do PEA-SJD com o qual o projeto se alinha.

PASSO 4: DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROJETO E RELAÇÃO COM ÀS LINHAS TEMÁTICAS

Em primeiro lugar, reflita sobre a **abrangência do seu projeto** e qual será o local de atuação das atividades de educação ambiental propostas. Isso será muito útil para a definição do público-alvo. Então você poderá refletir um pouco mais sobre a linha temática que se relaciona com seu projeto.

No PEA-SJD, são apresentadas e priorizadas **quatro linhas temáticas** que estão relacionadas com a qualidade socioambiental da UGRHI que precisam de maior atenção:

- 1. Educação Ambiental voltada à conservação dos recursos naturais**
- 2. Educação ambiental voltada à melhoria da qualidade dos recursos hídricos e usos múltiplos da água**
- 3. Fortalecimento institucional, planejamento e gestão ambiental**
- 4. Educação ambiental voltada à promoção de saúde, bem-estar social e consumo consciente.**

Ressalta-se que o intuito da definição de linhas temáticas prioritárias não é restringir a proposição de projetos de educação ambiental

a apenas uma única LT, mas indicar temas que possuem maior demanda para cada município.

RESULTADO ESPERADO - PASSO 4: Definição da(s) linha(s) temática(s) do projeto, a partir da priorização de linhas temáticas por municípios apresentada no tópico 6 desta cartilha, sendo que para projetos de:

- **Abrangência Local e Municipal:** verifique as linhas temáticas prioritárias para o município em que você pretende desenvolver o projeto;
- **Abrangência Regional:** considere as linhas temáticas de todos os municípios envolvidos;
- **Abrangência Total (toda a UGRHI 18):** verifique o gráfico que representa as linhas temáticas prioritárias para toda a bacia hidrográfica.

PASSO 5: DEFINIÇÃO DO ESCOPO DO PROJETO ATRAVÉS DO PLANO DE AÇÃO DO PEA-SJD

Este passo é o coração do projeto, portanto, dedique um tempo a mais para esta etapa. Tendo clareza do escopo do projeto, todo o restante será encadeado.

O Plano de Ação do PEA-SJD indica as **prioridades da educação ambiental** da UGRHI 18 no horizonte temporal de 12 anos, considerando 3 quadriênios. No item Plano de ações e projetos relevantes desta cartilha são apresentadas 2 quadros importantes, que sintetizam a etapa de Planejamento Estratégico do PEA-SJD: o Plano de Ação (Quadro 4), que aponta os Projetos prioritários

para cada quadriênio; e o Quadro de Projetos relevantes para a UGRHI 18(Quadro 5). A diferença entre os projetos apresentados em cada quadro é descrita a seguir:

- **Projetos prioritários:** Projetos importantes para toda a UGRHI e que se destacaram dentro dos Programas e Subprogramas do PEA-SJD.
- **Quadro de Projetos Relevantes** para UGRHI: Cardápio de projetos relevantes que surgiram através de sugestões dos Fóruns Participativos e que foram indicados pela equipe técnica, de acordo com o diagnóstico socioambiental e as linhas temáticas do PEA-SJD.

O primeiro passo é verificar, no quadro do Plano de Ação, a coluna do ano para o qual você está escrevendo a proposta. Nas linhas, haverá a indicação de projetos e ações relacionados a cada Subprograma. Nesse momento, você decidirá pela elaboração de um projeto relacionado aos Projetos Prioritários ou baseado nas opções do Quadro de Projetos Relevantes para a UGRHI.

É possível, inclusive, criar uma **nova ideia** de projeto que não esteja descrita em uma das duas opções citadas, mas que se enquadre em uma Linha Temática e um Programa e Subprograma do PEA-SJD.

RESULTADO ESPERADO - PASSO 5: Definição do escopo do projeto a partir dos Projetos Prioritários, do Quadro de Projetos Relevantes ou de outro projeto, desde que se enquadre em uma Linha Temática e em um Programa/Subprograma.

PASSO 6: ESCRITA DO PROJETO A PARTIR DAS DIRETRIZES METODOLÓGICAS

Para esta etapa, recomenda-se a leitura do item “Diretrizes Metodológicas” do PEA-SJD. Esse capítulo foi elaborado como texto de orientação para a escrita de projetos a partir da questão “Como fazer educação ambiental, na prática?”. Com base nesse texto orientador, é possível a **elaboração do Termo de Referência do projeto**, no modelo de apresentação adequado para o Comitê de Bacia Hidrográfica e para o FEHIDRO.

RESULTADO ESPERADO - PASSO 6: Conhecimento das “Diretrizes Metodológicas” descritas no documento oficial PEA-SJD e preparação para a escrita do Termo de Referência do projeto, de acordo com o “PASSO 7”.

PASSO 7: ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Agora você está com todas as informações necessárias para elaboração do seu projeto. Então, abra um documento de texto e inicie a elaboração do Termo de Referência, projeto base que será submetido ao CBH-SJD e ao FEHIDRO. Vamos lá, mão na massa!

A partir do ano de 2021, os processos de inscrição de projetos com financiamento do FEHIDRO são feitos no **Sistema Integrado de Gestão Ambiental (Sigam)**, que é o sistema vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) e seus órgãos. No quadro a seguir, alguns tópicos estão indicados para o preenchimento diretamente no sistema, como a planilha orçamentária e de cronograma. Para isso, recomenda-se consultar também o **Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO**, para entendimento dos procedimentos que deverão ser realizados diretamente pelo sistema.

Quadro 6: Passo a passo para elaboração do Termo de Referência

ITEM	DESCRÇÃO
1	<p>CAPA</p> <p>Identificação da Instituição</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nome da Instituição • Responsável Legal • Forma Jurídica • CNPJ • Endereço • Telefone • e-mail <p>Identificação do Projeto</p> <ul style="list-style-type: none"> • Título (Buscar um título que sintetize o que será realizado, para quem, com qual finalidade e onde) • Área de atuação (qual município, região, bacia ou se em toda a UGRHI) • PDC⁵ (Número do “Plano de Duração Continuada” no MPO) • SubPDC (Número do SubPDC do referido PDC no MPO) • Linha Temática (Em qual das 4 Linhas Temáticas do PEA-SJD o projeto se enquadra) • Período de execução (quantos meses são previstos para a execução) <p>Recurso Financeiro</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recurso pleiteado FEHIDRO (Recurso solicitado de acordo com a deliberação referente ao PDC do ano vigente) • Recurso oferecido como contrapartida (O que será oferecido como recurso pela instituição proponente e parcerias) • Recurso total (Soma dos dois anteriores)

⁵ No final deste quadro teremos ainda um último passo no qual ensinaremos como enquadrar o projeto no PDC e SubPDC adequados.

ORDEM	ITEM	DESCRIÇÃO
-------	------	-----------

2	APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE (TOMADOR) “Quem somos?”	Descrição sucinta do histórico; das áreas de atuação; dos objetivos; e das ações já realizadas pela instituição proponente. Espera-se uma descrição que demonstre as condições da instituição de gerenciar e executar o projeto proposto.
3	RESUMO DO PROJETO	Parágrafo que descreva resumidamente: os objetivos, as atividades, o público, a área de atuação e a justificativa (importância) do projeto. Sugere-se produzir o resumo após a estruturação dos demais itens.
4	INTRODUÇÃO “Em que cenário o projeto está inserido?”	<p>Descrição do território, abrangência territorial onde o projeto será desenvolvido, sejam escola(s); bairro(s); assentamento(s); todo um município; região; ou bacia hidrográfica. Mesmo quando proposto para um ou mais espaços pontuais, é importante apontar também um diagnóstico do território mais amplo, onde o local está inserido, sobretudo, o(s) município(s) e a(s) bacia(s) hidrográfica(s). Utilizar dados quantitativos e qualitativos que permitam a caracterização da área do projeto e, sempre que possível, utilizar imagens ou mapas que ilustrem e contribuam com essa caracterização.</p> <p>Dica - Para buscar informações, você pode consultar: “Linhas temáticas” do PEA-SJD, Relatório final do PEA-SJD, Plano de Bacia do CBH-SJD e Relatório de Situação do CBH-SJD.</p>
5	PÚBLICO “Para quem se destina o projeto?”	Descrição objetiva do público-alvo do projeto, ou do perfil esperado de participantes, no caso de projetos que buscam mobilizar um determinado público ao longo de sua execução. Como foi ou será definido esse público? É fundamental indicar o número esperado de participantes, de acordo com os objetivos do projeto. (Ver seção de Diretrizes Metodológicas do PEA-SJD - PASSO 6 do ROTEIRO)

6	JUSTIFICATIVA “Por que realizar esse projeto?”	<p>Qual a importância da realização das atividades propostas para o público do projeto na respectiva área de atuação? Quais os benefícios socioambientais esperados que justificam sua realização?</p> <p>Neste item, recomenda-se também remeter às políticas públicas locais, estaduais e federais que mais se relacionam com o projeto, sobretudo com o Plano de Bacia do Rio São José dos Dourados e o próprio PEA-SJD, descrevendo qual a conexão do projeto com essas políticas e como ele contribui para seu contexto socioambiental.</p> <p>Dica - Para buscar informações para este item, você pode consultar: “Linhas temáticas” do PEA-SJD, Relatório final do PEA-SJD, Plano de Bacia do CBH-SJD e Relatório de Situação do CBH-SJD.</p>
7	OBJETIVOS “O que se pretende fazer”	<p>Objetivo geral</p> <p>Em uma frase, o que se pretende realizar a partir do projeto, de forma clara e exequível?</p> <p>Objetivos específicos</p> <p>Trata-se de uma pequena lista de objetivos menores que, juntos, compõem o que se pretende com o objetivo geral. É possível e recomendável relacionar cada objetivo específico a uma atividade ou meta proposta pelo projeto.</p>
8	LINHA TEMÁTICA DO PEA-SJD	<p>Escolher uma das linhas temáticas do PEA-SJD com a qual o projeto se alinha:</p> <p><input type="checkbox"/> LT1: Educação Ambiental voltada à conservação dos recursos naturais</p> <p><input type="checkbox"/> LT2: Educação ambiental voltada à melhoria da qualidade dos recursos hídricos e usos múltiplos da água</p> <p><input type="checkbox"/> LT3: Fortalecimento institucional, planejamento e gestão ambiental</p> <p><input type="checkbox"/> LT4: Educação ambiental voltada à promoção de saúde, bem estar social e consumo consciente</p>

9	<p>PROGRAMA E SUBPROGRAMA DO PEA-SJD</p>	<p>Os projetos devem se enquadrar em um Programa e/ou Subprograma do PEA-SJD. Essa estrutura pode ser compreendida como uma diretriz que classifica e orienta a escrita de projetos, junto às linhas temáticas. Indicar em qual Programa/Subprograma o projeto proposto se enquadra:</p> <p>PROGRAMA 1 - Formação, capacitação técnica e treinamentos voltados às temáticas ambientais</p> <p>Subprograma 1.1 - Formações sobre temáticas ambientais na área rural</p> <p>Subprograma 1.2 - Capacitação técnica e treinamentos para gestores e servidores públicos</p> <p>Subprograma 1.3 - Capacitação de agentes multiplicadores no ambiente escolar</p> <p>PROGRAMA 2 - Comunicação, sensibilização e divulgação sobre temáticas ambientais</p> <p>PROGRAMA 3 - Fortalecimento de espaços para práticas de educação ambiental na UGRHI</p> <p>Subprograma 3.1 - Criação, ampliação e fortalecimento a espaços educadores que favoreçam a conservação e a proteção ambiental</p> <p>Subprograma 3.2 - Criação de eventos voltados às temáticas socioambientais</p>
10	<p>METODOLOGIA “Como fazer?”</p>	<p>Devem ser descritos, neste ponto, os referenciais teóricos e as metodologias adotadas para a elaboração e a execução do seu projeto. Utilize o PASSO 2 deste roteiro, citando alguns princípios e objetivos do PEA-SJD que façam sentido para o seu projeto. Você também pode consultar outras referências metodológicas para embasar o seu trabalho.</p> <p>O FEHIDRO exige a descrição detalhada dos materiais e atividades de educação ambiental que serão oferecidas. Para conhecer modelos sobre esse detalhamento, consulte o ANEXO 10 do “Roteiro Básico para elaboração de Termo de Referência de Educação Ambiental FEHIDRO” da Coordenadoria de Educação Ambiental do Estado de São Paulo, ou consulte “Relatório de Elaboração do PEA-SJD” ANEXO A do Roteiro Modelos do que precisa estar descrito nos produtos desenvolvidos (pg 196).</p>



11

METAS E ATIVIDADES

“Como o projeto será executado?”

Para o cumprimento dos objetivos propostos, deve-se pensar nas metas e atividades envolvidas, considerando que cada objetivo específico proposto deve se relacionar com uma meta. Cada meta deve conter uma ou mais atividades necessárias para que seja finalizada.

Cada objetivo específico pode ter mais de uma meta, da mesma forma que cada meta pode ter mais de uma atividade.

Para construir essa parte do seu projeto, reflita:

Quais são as atividades necessárias para sua execução? Qual(is) deve(m) ser a(s) primeira(s) atividade(s) para a realização do projeto; Quanto tempo, quais recursos e a partir de quais metodologias será executada cada atividade? Quais são os públicos específicos de cada atividade e quem é responsável por sua execução, entre profissionais e outros serviços previstos?

É possível desenvolver e apresentar as atividades previstas em quadros, texto ou tópicos, desde que apresentado como e a partir do que cada uma delas será desenvolvida.

Exemplo de como devem ser apresentadas as atividades:

Objetivo específico 1: (informe o objetivo específico)

- Meta 1: (informe a meta)
- Atividade 1: (informe o nome da atividade)
- Responsáveis: (indique os perfis dos profissionais que estarão envolvidos e a previsão de horas de trabalho necessárias para execução desta atividade)
- Período de execução: (indique em que mês/meses a atividade será realizada. Ex: meses 1 e 2)
- Descrição: (apresente todas as informações fundamentais de cada atividade e dos produtos previstos)
- Recursos necessários: (indique e justifique os equipamentos e materiais necessários para a realização da atividade. Os elementos dispostos neste item devem estar previstos na Planilha de Orçamento. Caso solicite recursos para financiar combustível ou refeições, apresente neste item o Memorial de Cálculo, justificando-os.)

Meios de verificação: (indique as formas que serão utilizadas para comprovar a realização das atividades. Exemplos: material produzido, relatórios, pesquisa por amostragem, relatórios fotográficos, atas de reuniões, questionários, lista de presença, instrumentos jurídicos, notícias da mídia, entre outros.)

Se houver outras atividades dentro de uma mesma meta, prossiga no seu detalhamento da mesma forma, bem como para as próximas metas, relacionadas aos demais objetivos específicos.

12	CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	<p>Elabore um quadro simplificado de cronograma, que relacione cada atividade com o tempo total do projeto, de modo que seja possível ter uma visão geral das atividades propostas; sua sequência; e o tempo estimado para sua execução. A definição dos tempos de cada atividade contribui para a elaboração de um orçamento mais coerente, em relação às horas técnicas e aos outros serviços a serem contratados, bem como outros itens e materiais a serem orçados. Esse quadro simplificado pode estar dentro do seu Termo de Referência e servir de base para a execução do CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, que será descrito no tópico 14.</p>
13	PLANILHA DE ORÇAMENTO	<p>Planilha detalhada que apresente todos os itens, entre materiais e serviços, necessários à execução do projeto. Para cada item, definir: unidade de medida (horas, diária unidade, serviço, pacote, kg etc.); valor unitário em relação à unidade indicada (R\$); quantidade em relação à unidade indicada (número); e valor total (R\$), calculado para cada item, a partir da multiplicação das respectivas quantidades e valores unitários orçados.</p> <p>É necessário indicar a fonte de cada recurso, seja o recurso pleiteado ou recursos próprios (contrapartida), bem como a soma dos itens com recurso solicitado; a soma dos recursos de contrapartida; e a soma total.</p> <p>Para projetos FEHIDRO, há um procedimento a ser seguido segundo o Manual de Procedimentos Operacionais (MPO).</p> <p>Procedimento da elaboração da planilha segundo MPO:</p> <p>A planilha orçamentária deve ser elaborada conforme modelo constante no sistema Sigam, acessível pela aba “Planilha Orçamentária”. O preenchimento pode ser feito diretamente nos campos disponíveis no Sigam, porém, recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) fazer o download da planilha padrão disponível na Aba “Planilha Orçamentária”; (ii) preencher e revisar os campos existentes (sem alteração do modelo) observando que os valores atribuídos a produtos, serviços, equipamentos e mão de obra devem ser compatíveis com valores de mercado e indicados no ANEXO 10 do MPO, (iii) no sistema, importar o arquivo da planilha padrão preenchida; (iv) exportar para o formato “.pdf” e salvar em pasta; (v) proceder às assinaturas digitais com certificação do(s) representante(s) legal(is) e do(a) responsável técnico(a); e (vi) anexar o arquivo “.pdf” com as assinaturas na sub aba “Histórico de versões”.

Planilha detalhada que indica o recurso necessário e solicitado (R\$) para cada atividade em cada etapa do cronograma de projeto (meses, bimestres etc.). Essa tabela aponta quando será necessário utilizar cada recurso e com que distribuição cronológica, para que seja definido o cronograma de desembolso pelo FEHIDRO. Da mesma forma que a Planilha Orçamentária, há um procedimento a ser seguido segundo o Manual de Procedimentos Operacionais (MPO).

Procedimento da elaboração da planilha segundo MPO:

O preenchimento do cronograma físico-financeiro se faz a partir do acesso à aba “Cronograma” do menu principal do Sigam, sub-aba “Atividades”, e seguirá o mesmo procedimento descrito para a Planilha Orçamentária:

- (i) fazer o download da planilha padrão disponível na Aba “Cronograma físico-financeiro”;
- (ii) preencher e revisar os campos existentes (sem alteração do modelo),
- (iii) no sistema, importar o arquivo da planilha padrão preenchida;
- (iv) exportar para “.pdf” e salvar em pasta;
- (v) proceder às assinaturas digitais com certificação do(s) representante(s) legal(is) e do(a) responsável técnico(a); e
- (vi) anexar o arquivo “.pdf” com as assinaturas na sub-aba “Histórico de versões”.

15 EQUIPE TÉCNICA

Quais são os profissionais e/ou serviços a serem contratados para a execução do projeto? A equipe técnica é composta pelos profissionais do corpo da instituição proponente, que devem ter sua formação e função no projeto descritas; e pelos profissionais a serem contratados para sua execução, nesse caso, a partir do detalhamento da função e do perfil de profissional/empresa necessários e esperados para sua execução. Em ambos os casos, faz-se necessário definir qual a carga horária de dedicação ao projeto de cada profissional/serviço, que pode ser melhor descrita na Planilha Orçamentária, no que se refere às horas técnicas e à fonte pagadora (recurso pleiteado ou contrapartida).

A seleção de profissionais/serviços a serem contratados para o projeto só poderá ser realizada após a aprovação do empreendimento, seguindo obrigatoriamente os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa e da eficiência, bem como os princípios da lei 8.666/1993.

Para apresentar a equipe técnica do seu empreendimento, podem ser usados os modelos abaixo.

- **Contrapartida:** Quando for o caso, inclua também as instituições parceiras

Nome do profissional	Formação ou qualificação profissional *	Função no projeto	Dedicação ao projeto (em horas)	Fonte Pagadora
----------------------	---	-------------------	---------------------------------	----------------

* Seguir valores de mercado ou Anexo 10 do MPO para valores de mão de obra.

- **Contratações FEHIDRO:** corpo técnico a ser contratado para execução do empreendimento

Formação ou qualificação profissional desejada *	Função no projeto	Dedicação ao projeto (em horas)
--	-------------------	---------------------------------

* Seguir valores de mercado ou Anexo 10 do MPO para valores de mão de obra.

16	PARCERIAS	<p>Quais outras instituições participaram da elaboração e/ou participarão de sua execução, além da instituição proponente? A formalização da parceria é feita a partir de um documento assinado, como uma “Carta de parceria”, ou “Carta de intenção de parceria” nos casos em que o projeto ainda não foi aprovado.</p> <p>Dica - Buscar entidades locais como: a prefeitura, por meio de uma das Secretarias/ departamentos mais relacionados ao tema do projeto, outras entidades públicas e/ou organizações da sociedade civil (OSC).</p> <p>(Ver seção de Diretrizes Metodológicas do PEA-SJD e Atores de Educação Ambiental do PEA-SJD)</p>
17	ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	<p>Descrição dos métodos e recursos que serão utilizados para a comunicação institucional do projeto, de suas principais atividades e dos resultados obtidos. Recomenda-se listar as estratégias previstas.</p> <p>(Ver seção de Diretrizes Metodológicas do PEA-SJD)</p>
18	REFERÊNCIAS	<p>É possível e importante basear as afirmações e descrições realizadas em pesquisas, cartilhas, legislação, artigos e outros estudos e documentos. Citar essas referências é indicado, sobretudo, ao descrever o “Diagnóstico da área do projeto”; a “Justificativa”; e/ou as “Metodologias” aplicadas para o projeto como um todo ou para atividades específicas na descrição da seção “Atividades”</p>
19	MEMORIAL DE CÁLCULO	<p>Caso o projeto envolva custos de alimentação (coffee break); deslocamento; diárias; entre outros, será necessário elaborar, no Termo de Referência, um memorial de cálculo, detalhando os cálculos e embasando os custos apresentados na Planilha Orçamentária, de acordo com os limites e diretrizes do MPO.</p>

RESULTADO ESPERADO – PASSO 7:
Termo de Referência finalizado.

PASSO 8: ENQUADRAMENTO DO PDC E SUB PDC

De acordo com o **Plano de Estadual de Recursos Hídricos (PERH)** e o Manual de Procedimentos Operacionais (MPO), são definidas tipologias de projetos que podem ser financiados pelo FEHIDRO, por estarem diretamente relacionados com a gestão dos recursos hídricos.

Para facilitar a verificação das temáticas dos projetos que estão dentro do enquadramento do PERH, foram criados os **Programas de Duração Continuada (PDCs) e subprogramas (sub PDCs)**.

A Educação Ambiental está contemplada dentro do **PDC 8 - Capacitação e comunicação social**, que tem como objetivo difundir, integrar e promover ações de capacitação e educação visando à formação de pessoas e instituições para a atuação qualificada e crítica nas diferentes dimensões da gestão integrada de recursos hídricos.

O PDC 8 está dividido nos seguintes Sub PDCs e tipologias, que foram relacionadas com cada programa do PEA-SJD:

Quadro 7: Enquadramentos de acordo com os Sub PDCs, Anexo 2 do MPO

Sub PDC 8.1. Capacitação técnica em planejamento e gestão de recursos hídricos	
Tipologia 8.1.1. Organização de congressos, simpósios, workshops e eventos afins voltados à gestão dos recursos hídricos	Tipologia 8.1.2. Organização de capacitação (cursos formais) em gestão de recursos hídricos voltada a técnicos, profissionais e/ou educadores
SubPDC 8.2. Educação ambiental vinculada às ações dos planos de bacias hidrográficas	
Tipologia 8.2.1. Processos formativos de educação voltados à gestão dos recursos hídricos para a sociedade	
Sub PDC 8.3. Comunicação social e difusão de informações relacionadas à gestão de recursos hídricos	
Tipologia 8.3.1. Campanha educativa voltada para a conservação e gestão dos recursos hídricos	Tipologia 8.3.2. Serviços afetos à elaboração e divulgação de instrumentos de comunicação social

Para que seu projeto seja analisado pelas diversas instâncias que envolvem os projetos FEHIDRO, desde o Comitê de Bacia Hidrográfica até o Conselho de Orientação do FEHIDRO (COFEHIDRO), é necessário que esteja enquadrado dentro desses PDCs e Sub-PDCs da Política Estadual de Recursos Hídricos.

Nesta etapa, você deverá enquadrar o seu projeto em um dos subprogramas. Para isso, pode-se utilizar o Quadro 7 ou também o quadro Programas e Subprogramas do PEA-SJD que indica a relação com os PDC e Sub-PDCs estaduais

RESULTADO ESPERADO - PASSO 8:

Enquadramento do projeto em um Sub-PDC.

PASSO 9: PREENCHIMENTO DO PROJETO NO SIGAM

Todo o processo de submissão de projetos do FEHIDRO é feito no Sigam, dentro da aba SinFEHIDRO.

O SinFEHIDRO deve ser preenchido online, com as informações do projeto e do tomador. Para entendimento e consolidação desta etapa é necessário acessar o MPO, além de assistir a vídeos online com o passo a passo desse cadastro. Para acesso a mais materiais sobre elaboração

de projetos de Educação ambiental e o processo de inscrição de projetos no SIGAM, consulte as referências a seguir.”

- Educação Ambiental - Roteiro para elaboração de projetos FEHIDRO (2010). Disponível em: <https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/7225/roteiro-para-elaboracao-de-projetos-fehidro-caap-set2010.pdf>

- Roteiro para Elaboração de Projetos de Educação Ambiental (2014). Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/cea/2014/11/roteiro-para-elaboracao-de-projetos-de-educacao-ambiental-2/>

- Tutorial para cadastramento de propostas - SINFEHIDRO 2.0
<https://www.youtube.com/watch?v=8SnOevkxC0E&t=1s>

14 - ATORES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Entende-se que toda política pública deve estar conectada com o território para o qual está sendo elaborada, bem como deve refletir as necessidades e anseios que os cidadãos e **atores locais** identificam como prioritários.

Portanto, o PEA-SJD foi elaborado por meio de uma pesquisa técnica com dados secundários, mas também com a **participação social** por meio do levantamento de dados primários e a realização de Fóruns Participativos, que foram a base para o Prognóstico e o Quadro de Ações.

Uma importante etapa para garantir a legitimidade do PEA-SJD foi o levantamento dos atores de EA da bacia. Isso aconteceu por meio do incremento da lista de contato do CBH-SJD, que estava organizada por membros do comitê e representantes dos municípios, do estado e da sociedade civil em cada sub-bacia.

O incremento dessa listagem se deu inicialmente adicionando as Secretarias e departamentos relacionados ao meio ambiente e à educação de cada município. Junto a isso, foi feita uma pesquisa em sites de busca para levantamento de projetos e instituições relacionadas a educação ambiental, o que resultou na inclusão de novos contatos no levantamento.

Ao final, obteve-se uma rica **lista de contatos** que contava com diferentes setores, entre eles:

- **Órgão do poder público municipal**
- **Órgão do poder público estadual**
- **Conselho Municipal**

- **Escola/Universidade**
- **Organização da Sociedade Civil (OSC, ONG, OSCIP, Associação, entre outras)**
- **Empresa**
- **Coletivo ou grupo não formalizado**
- **Pessoa independente**

Dessa listagem de contatos, foi possível criar um mailing de divulgação das atividades e resultados do PEA-SJD, o que serviu de base para o envio do “Questionário de levantamento de dados primários” e para o convite de participação nos Fóruns de Educação Ambiental na Bacia, que ocorreram na etapa de prognóstico.

Por fim, após a **realização dos fóruns**, foi realizada uma nova lista de contatos com os participantes das atividades de EA. Nesses eventos, que ocorreram nas sub-bacias do CBH-SJD, foi solicitada a disponibilização das informações dos participantes, portanto, como resultado do plano é disponibilizada essa segunda listagem de atores, produzidas a partir desses eventos de educação ambiental.

Entende-se que essa **rede de contatos** é importante para o fortalecimento da Educação Ambiental na Bacia, pois um novo projeto que necessite encontrar parceiros e atores na temática irá encontrar o caminho facilitado, com uma base fértil de pessoas engajadas em meio ambiente, educação ambiental e sustentabilidade, que poderá ser contatada. Resultado final no APÊNDICE A.

15 - REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. DOU de 9/01/1997. 1997.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. D.O.U de 28/4/1999. 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Educação Ambiental. Por um Brasil Sustentável: ProNEA, marcos legais e normativos [recurso eletrônico]./ Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Educação - MEC. Brasília, DF: MMA, 2018. ISBN: 978-85-7738-425-9 (on line).

CBH-SJD – Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados. Relatório De Situação Dos Recursos Hídricos - UGRHI 18 2021- Ano Base 2020. São José do Rio Preto- SP. Dezembro, 2021. Disponível em: https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents//CBH-SJD/21543/rs_anoba-se-2020__ok.pdf . Data de acesso: 8 jul. 2022.

CBH-SJD – Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados. Deliberação CBH-SJD nº 213/2019, DE 03/12/2019. Aprova o Plano de Ações e Programa de investimentos da Bacia Hidrográfica da UGRHI 18, PA/PI 2020-2023. Diário Oficial Poder Executivo – Seção I São Paulo, 129 (232) -70, sábado, 7 de dezembro de 2019. Disponível em: https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CBH-SJD/18601/delcbh-sjd_2019_213-plano-de-aco-es-e-programa-de-lnvestimentos-papi-2020-2023.pdf

CBH-SJD – Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados. Plano de Educação Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio São José dos Dourados – Relatório Final. Janeiro de 2024.

SANTOS, Rozely Ferreira dos. Planejamento ambiental: teoria e prática. Oficina de textos, 2004.

SÃO PAULO (estado). Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. DOE-I, 31/12/1991, p.2. 1991.

SÃO PAULO (estado). Lei nº 12.780, de 30 de dezembro de 2007. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental. DOE-I, 01/12/2007, p.1. 2007.

SÃO PAULO (estado). Deliberação CRH nº 246, de 18 de fevereiro de 2021. Aprova a revisão dos Programas de Duração Continuada – PDC para fins da aplicação dos instrumentos previstos na política estadual de recursos hídricos. DOE 20/02/2021, páginas 54 e 55. Disponível em: https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//CRH/19673/delib-crh-246_rev-pdcs.pdf

APÊNDICE A – LISTA DE ATORES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BH-SJD

Aparecida D'Oeste	Clarice Maria Marchan Zenly	Órgão do poder público municipal	Secretaria Municipal de Educação
Aparecida D'Oeste	Katia Christianne Corte Favaro	Órgão do poder público municipal	EMEF. Prof. Dirce de Almeida Braga Wrasek
Ilha Solteira	Julia Kaori Kuriyama Ramos	Escola/ Universidade	UNESP
Ilha Solteira	José Daniel Soler Garves	Escola/ Universidade	UNESP
Ilha Solteira	Camila Oyama	Órgão do poder público municipal	Prefeitura Municipal de Ilha Solteira
Ilha Solteira	Letícia de Oliveira Manoel	Órgão do poder público municipal	Prefeitura Municipal de Ilha Solteira
Ilha Solteira	Floripes Antikeira da Silva	Organização da Sociedade Civil	Associação Legião Mirim de Ilha Solteira/SP
Ilha Solteira	Priscila Adriana Rossi	Escola/ Universidade	IFSP
Ilha Solteira	Mauricio Antonio Santini Junior	Escola/ Universidade	IFSP
Ilha Solteira	Mayanna de Vasconcelos Vieira	Escola/ Universidade	.
Ilha Solteira	Francieli Alves Caldeira Saul	Escola/ Universidade	UNESP
Ilha Solteira	Monique Anelli Malleu	Escola/ Universidade	UNESP

Ilha Solteira	Victória de Alencar Rezende	Graduanda em Ciências Biológicas	UNESP
Ilha Solteira	Sérgio Medeiros Júnior	Órgão do poder público estadual	Escola Estadual
Ilha Solteira	Beatriz Schenaide Vitória	Escola/ Universidade	Estudante da UNESP
Ilha Solteira	Maurício Augusto Leite	Escola/ Universidade	UNESP
Ilha Solteira	Paola Trama Alves dos Anjos	Escola/ Universidade	EMEF Prof. Paulo Freire
Ilha Solteira	Luiz	DAEE	Engenheiro Ambiental
Nova Canaã Paulista	Maria Elizabet Senedezzi de Assis	Órgão do poder público municipal	
Nova Canaã Paulista	Paulo Henrique de Oliveira	Órgão do poder público municipal	Diretor departamento de Obras e habitação
Rubinéia	Regiane Faustino dos Santos	Órgão do poder público municipal	Departamento de Meio Ambiente de Rubineia
Rubinéia	Marcelo Correa dos Santos	Órgão do poder público municipal	Prefeitura Municipal de Rubinéia
Rubinéia	Evandro Rogério Santos	Órgão do poder público municipal	Prefeitura Municipal
Santa Fé do Sul	Lígia Martins Alves Felipe	Órgão do poder público municipal	Departamento de Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul e SAAE Ambiental Santa Fé do Sul
Santa Fé do Sul	Daniel Nunes Ferreira dos Santos	Órgão do poder público municipal	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

Santa Fé do Sul	Saulo Andretto Monteiro	Órgão do poder público municipal	Secretaria de Agricultura Abastecimento e Meio Ambiente
Suzanápolis	Simone de Fátima Barbosa	Órgão do poder público municipal	Secretária Municipal de Educação
Suzanápolis	Weslei Brito Barroquela	Empresa	União Nacional de Bioenergia - UDOP - Supervisor de Meio Ambiente
Suzanápolis	Ricardo Luiz de Souza Rodrigues	Órgão do poder público municipal	Agrônomo - Prefeitura
Três Fronteiras	Luis Fernando Mazali	Órgão do poder público municipal	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente de Três Fronteiras
Três Fronteiras	Marilsa Patrício Fernandes	Organização da Sociedade Civil	Peixe SP - Associação de Piscicultores em Águas Paulistas e da União
Três Fronteiras	Romulo Pesseti ColLar	Órgão do poder público municipal	Dirigente municipal de educação
Urânia	Marilene Pacheco Teubner	Pessoa individualmente	Escritora
Urânia	Anderson chapichi	Órgão do poder público municipal	Prefeitura
Urânia	Karina Aparecida Hernandes	Órgão do poder público municipal	Prefeitura Municipal de Urânia
Urânia	Gisele Carolina Parreira Duarte de Oliveira	Órgão do poder público estadual	E.E. "José Teixeira do Amaral "

Urânia	Lucineide Pigari Dele Pino	Órgão do poder público estadual	Escola Estadual José Teixeira do Amaral
Urânia	Luana Pricila Cocharro de Souza	Escola/ Universidade	EE Prof° Élide Aparecida Carlos
Urânia	Alex de Lima	Escola/ Universidade	Docente de escola técnica estadual
Urânia	Aparecida de Cássia Ledo	Órgão do poder público estadual	EE Professora Élide Aparecida Carlos.
Urânia	Elaine Cristina Pereira	Órgão do poder público estadual	Secretaria Municipal de Educação
Urânia	Rita Aparecida Floriano de Oliveira	Escola/ Universidade	Professora e Coordenadora Pedagógica
Urânia	Aparecida Luiza Fazzio Botton	Escola/ Universidade	Professora Coordenadora
Urânia	Célia Boneto de Oliveira	Escola	Coordenadora de Gestão Pedagógica Geral
Santana da Ponte Pensa	Ana Caroline de Souza	Órgão do poder público municipal	Secretaria municipal de agricultura
Santana da Ponte Pensa	Sandra Antonia Rodrigues Cereli	Escola	Professora - E.E. Domingos Donato Rivelli
Santana da Ponte Pensa	Vera Lucia Cardoso Souza Vieira	Escola	Diretora - EMEIF Pingo de Gente
Santana da Ponte Pensa	Matheus Ortega Cola	Órgão do poder público municipal	Secretário Municipal de Educação
Santa Saete	Tatiane de Freitas Bortolozo	Órgão do poder público municipal	Secretaria de Educação

	Santa Salete	Regina Marta	Escola/ Universidade	Diretora de escola
3	Dirce Reis	Roberto Fermino Barboza	Órgão do poder público municipal	Educação
	Dirce Reis	Vanilda Inácio Bonfim rainho	Órgão do poder público municipal	casa da agricultura
	Guzolândia	Edson Ferrari	Órgão do poder público municipal	Departamento de Educação
	Guzolândia	Luciana Rukalisk da Silva Duarte	Órgão do poder público municipal	Escola Municipal Bairro Limoeiro
	Guzolândia	Nayara Ellen Sudário da Silva	Órgão do poder público municipal	Educação Merenda Escolar
	Guzolândia	Mauro Cezaro	Órgão do poder público municipal	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente.
	Guzolândia	Sara da Silva Lisboa Dias	Órgão do poder público municipal	Engenheira agrônoma - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
	Palmeira d'Oeste	Marcus Vinicius Guarnieri da Silva	Órgão do poder público municipal	Câmara Municipal
	Palmeira d'Oeste	Leticia Gomes da Silva	Estudante	Orestes Ferreira de Toledo
	Palmeira d'Oeste	Gabrieli Kimberlly Diana de Souza	Estudante	Escola Orestes Ferreira de Toledo
	Palmeira d'Oeste	Júlia Diodato Parras	Estudante	Escola Orestes
	Palmeira d'Oeste	Mariana Nunes dos Santos Cimatí	Estudante	E.E. Orestes Ferreira de Toledo

Palmeira d'Oeste	Mariana Silva Marques	Estudante	Orestes Ferreira De Toledo
Palmeira d'Oeste	Vinicius Gabriel de Almeida Scabini	Escola/ Universidade	Orestes Ferreira de Toledo
Palmeira d'Oeste	João Vitor Rodrigues Sobrinho	Escola/ Universidade	Orestes Ferreira de Toledo
Palmeira d'Oeste	Paulo Henrique Lessi lopes	Estudante	
Palmeira d'Oeste	Leonardo Henrique Franzin de Souza	Estudante	Pei Orestes Ferreira de Toledo
Palmeira d'Oeste	Yasmim de Souza Carvalho Lima	Escola/ Universidade	PEI Orestes Ferreira de Toledo
Palmeira d'Oeste	Lucas Biudes Sabião	Estudante	Orestes Ferreira de Toledo
Palmeira d'Oeste	Larissa G. M. Brunassi	Órgão do poder público municipal	Prefeitura Municipal de Palmeira D' Oeste
Palmeira d'Oeste	Vinicius Fracari de Souza	Órgão do poder público municipal	
Palmeira d'Oeste	Claudemir Moura	Pessoa individualmente	Autônomo
Palmeira d'Oeste	Cristiano P.	Órgão do poder público municipal	Prefeitura - CACS
Palmeira d'Oeste	Laís	Escola/ Universidade	Secretaria - Escola Disney
São Francisco	Luciano Fernando Giacometi	Escola/ Universidade	Departamento Municipal de Educação
São Francisco	Valdecir Segura Pinotti	Órgão do poder público municipal	Agrônomo - Divisão de Comercio Industria Agricultura e Meio Ambiente

Auriflama	Elaine Plazas Monteiro	Órgão do poder público estadual	Diretora do Departamento de Educação
Auriflama	Helder	Órgão do poder público estadual	Responsável pelo Departamento Agropecuário e de Meio Ambiente
General Salgado	Tayanna Zago Scaldelai	Órgão do poder público estadual	Agrônoma - prefeitura de general salgado
Jales	Luiz Ricardo de Toledo Barbieri	Órgão do poder público estadual	DAEE
Jales	Eliana Cristina Mariano Nogarini	Órgão do poder público estadual	DAEE / CBH-SJD
Jales	Francisco Antunes da Costa	Órgão do poder público estadual	DAEE
Jales	José Carlos Zambon	Órgão do poder público estadual	GVS XXX - Secretaria da Saúde
Jales	José Antônio Caetano	Órgão do poder público estadual	Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo
Jales	Vanderlei Cecchini Júnior	Escola/ Universidade	Instituto Federal de Educação
Jales	Mauricio Rotundo	Órgão do poder público estadual	CDA / SAA
Jales	Jamil Atihe Junior	Órgão do poder público estadual	CDA Regional de Jales
Jales	Monalisa Vergínia Felício Ferreira	Órgão do poder público estadual	CATI
Jales	Elimael Alves Jardim	Órgão do poder público municipal	Prefeitura do Município de Jales
Jales	Lucimara Aparecida dos Reis	Órgão do poder público municipal	E.M. Iracema Pinheiro Candeco -LOLA

Jales	Álvaro Gonçalves de Souza Júnior	Órgão do poder público municipal	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Jales	Silvia Andreu Avelhaneda Pigari	Órgão do poder público municipal	Prefeitura Municipal de Jales/SP
Jales	Djane Zambon Viola	Órgão do poder público estadual	Diretoria de Ensino Região de Jales
Jales	Jóyce Secatto Lopes da Silva	Escola/ Universidade	E.M. Prof. Jacira de Carvalho da Silva
Jales	Juliana Conde Guizo	Escola/ Universidade	E.M Prof. Maria Olympia Braga Sobrinho
Jales	Mariane Erika Ventura Barreto Scapin	Escola/ Universidade	E.M. Prof. João Arnaldo Andreu Avelhaneda
Jales	Natália Pereira Dantas Lauro	Órgão do poder público municipal	Secretaria Municipal de Jales
Jales	Sandra Regina vomeiro	Órgão do poder público municipal	E.M. Prof. Oswaldo Soler
Jales	Neli Antônia Meneguini Nogueira	Conselho Municipal	Conselho Municipal de Turismo de Jales
Jales	Helena Adélia da Silva Sales	Órgão do poder público estadual	SAA-CATI
Jales	Josiane rodrigues da silva	Escola/ Universidade	E. M. Prof.ª Eljácia Moreira
Jales	Gilberto J.B. Pelinson	Órgão do poder público estadual	CATI - Regional Jales - Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SP

Jales	Silvia Helena de Almeida Oliveira	AERJ	Associação dos Engenheiro da região de Jales
Jales	Edson Hideki Mori	Órgão do poder público estadual	CREA SP
Jales	Eliana Márcia Magri de Souza	Escola/ Universidade	Diretora de escola - EM Prof.ª Maria Olympia Braga Sobrinho
Jales	Fabírcia Cristina Moreira de Souza	Escola/ Universidade	Diretora de escola - EM Prof. João Arnaldo Andreu Avelhaneda
Jales	Débora Cândida Pontel	Escola/ Universidade	E.M. Prof.ª Elza Pirro Viana
Jales	Patricia Gazzola Fernandes	Escola/ Universidade	Diretora - Escola Municipal Professor Alberto Gandur
Pontalinda	Lucas Fim Torres	Órgão do poder público municipal	Prefeitura de Pontalinda
Pontalinda	Alessandro Nunes Ferreira	Órgão do poder público Estadual	Chefe da casa da agricultura Pontalinda
			Representante da CATI Regional de Jales
Pontalinda	Bruna Reginal Sousa Pozzobom	Escola	Diretora Municipal da Educação de Pontalinda
Pontalinda	Flávia Aparecida Pagani Santos,	Escola	ADI - Auxiliar desenvolvimento Infantil: creche municipal Odocia Maria de Jesus e
Pontalinda	Débora do Vale Arias	Escola	Diretora de Escola de Pontalinda

	Rodnei Eder Borgato	Polícia Ambiental	Cabo PM
	Anderson Madrado de Oliveira	Polícia Ambiental	Soldado PM
	Antônio José	Associação dos Engenheiros da Região de Jales (AÉRJ)	Eng. Eletricista
	Sidir O. Oliveira	AERJ	Administrativo
	Alexandre de O. Marques	Pref. Nova Canaã Paulista	Eng. Agrônomo
	João Gabriel Segatine	Sec. Municipal do Meio Ambiente	Diretor Dep. Meio Ambiente
Fernandópolis	Mateus Henrique dos Santos de Carvalho	CATI	Técnico Agrícola
	Pablo M. de Souza	CATI	Técnico Agrícola
	Gláucia Alvarez Tonin	FATEC	Eng. Agrônoma
	Deneval Amaro da Silva	Direção de Educação	Diretor de Educação
	Horacio ferreira	E.E. Prof. Zília L.Z.Lup	Diretor da Escola
Floreal	Edmar Roberto Bellati Batello	Órgão do poder público municipal	Engenheiro agrônomo - Divisão de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

São João de Itacema	Célia Rodrigues Gomes Antonieto	Órgão do poder público municipal	Secretaria de Educação
São João de Itacema	Diego	Órgão do poder público municipal	Coordenadoria de Agricultura e Meio Ambiente
São João das Duas Pontes	Henrique	Órgão do poder público municipal	Coordenadoria Municipal de Agricultura
Monte Aprazível	Paulo Alberto Oliveira Trombim	Órgão do poder público municipal	Prefeitura municipal de Monte Aprazível
Monte Aprazível	Lucas Fernando Simão	Órgão do poder público municipal	Assistente Agropecuário - Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Nhandeara	Matheus Rodrigues Domingues	Órgão do poder público municipal	Prefeitura municipal de Sebastianópolis do sul
Nhandeara	Rejane Ayub Beyruth de Oliveira	Órgão do poder público municipal	Departamento Municipal de Educação e Cultura
Neves Paulista	Ângela Pierobon Martins	Órgão do poder público municipal	Educação municipal
Neves Paulista	Nelson Luiz Perozin	Órgão do poder público municipal	Diretor de Departamento de Planejamento e Projetos
Sebastianópolis do Sul	Leticia Salvioni	Órgão do poder público municipal	Prefeitura municipal de Sebastianópolis do Sul
Sebastianópolis do Sul	Magali de Fátima Penariol Raia	Órgão do poder público municipal	Secretaria Municipal de Educação
	Evandro Machado de Freitas	SABESP	Gerente

6	Monte Aprazível	Girce Manoel da Costa	PM Monte Aprazível	Assessor S.G
	Nhandeara	Daniel Ariani	Nhandeara	Diretor Ambiental
		Alonso U.F. da Silva	PM Ambiental	Ant. Cre
		Geandro Longre	PM Magda	Engenheiro Ambiental
		Junior Carlos Carvalho	PM Ambiental	Primeiro Sargento PM
		Desirée de Mendonça	Pessoa individualmente	
		Lorena Eduarda Diogo Souza	Pessoa individualmente	





PEA-SJD



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO